

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2005-2009

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: 2005-2009

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: 2005-2009

Brasília, dezembro de 2010

Organizador / Editor

Marcos Antonio Macedo Cintra

Equipes Técnicas**Diretoria de Estudos e Relações
Econômicas e Políticas Internacionais
(Dinte), do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)**

Guilherme de Oliveira Schmitz
João Brígido Bezerra Lima
Manuel José Forero Gonzalez
Hilbernon Delgado Onofre
Clineo Monteiro França Bisneto
Túlio Carrijo Soares
Alan Somaio
Gustavo da Frota Simões
Luara Landulpho Alves Lopes

**Agência Brasileira de Cooperação (ABC),
do Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

Márcio Lopes Corrêa
Laura Segall
Rodrigo P. de Campos
Camila Ariza

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional :
2005-2009 / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. - Brasília :
Ipea : ABC, 2010. 78 p. : gráfs., tabs.

ISBN 978-85-7811-082-6

1.Relações Internacionais. 2.Cooperação Internacional. 3. Brasil.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Agência Brasileira
de Cooperação.

CDD 327.81

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	9
SUMÁRIO EXECUTIVO	11
CAPÍTULO 1 SOBRE O MÉTODO DO LEVANTAMENTO	13
CAPÍTULO 2 A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL	16
CAPÍTULO 3 PRINCIPAIS RESULTADOS DO LEVANTAMENTO: 2005-2009	19
3.1 Assistência humanitária	
3.2 Bolsas de estudo para estrangeiros	
3.3 Cooperação técnica, científica e tecnológica	
3.4 Contribuições a organizações internacionais e bancos regionais	
3.5 Operações de paz	
ANEXOS	49

Lista de Tabelas

Tabela 1	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (R\$ valores correntes)
Tabela 2	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (R\$ valores constantes)
Tabela 3	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (US\$ valores correntes)
Tabela 4	Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009 (US\$ valores constantes)
Tabela 5	Assistência Humanitária Internacional, detalhamento dos recursos 2005-2009
Tabela 6	Maiores receptores de assistência humanitária internacional do Brasil 2005-2009
Tabela 7	Bolsas de estudo para estrangeiros – despesa a cada ano e percentual de participação da instituição em relação ao total
Tabela 8	Contribuições por organizações internacionais e bancos regionais 2005-2009
Tabela 9	Fundo de convergência estrutural e de fortalecimento institucional do Mercosul
Tabela 10	Presença do Brasil no conselho de segurança da ONU 1946-2010
Tabela 11	Recursos orçamentários para participação em operações de paz da ONU, segundo programa de ação – Brasil, 2005-2009
Tabela 12	Principais projetos de cooperação com o Haiti – Brasil, 2005-2009
Tabela 4A	Detalhamento de recursos per Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2007
Tabela 5A	Detalhamento de recursos per Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2008
Tabela 6A	Detalhamento de recursos per Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2009
Tabela 7A	Bolsas de Estudos para Estrangeiros – recursos detalhados a cada ano
Tabela 8A	Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica por regiões 2005-2009
Tabela 9A	Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica por distribuição por nível de renda dos países, a cada ano
Tabela 10A	Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – modalidades de despesa a cada ano
Tabela 11A	As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2005
Tabela 12A	As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2006
Tabela 13A	As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais - 2007
Tabela 14A	As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2008
Tabela 15A	As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais - 2009

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Evolução da Assistência Humanitária Internacional ao longo do período 2005-2009
Gráfico 2	Porcentagem destinada a países e a organizações internacionais a cada ano
Gráfico 3	Distribuição da Assistência Humanitária Internacional por região 2005-2009
Gráfico 4	Assistência Humanitária Internacional por grupo de países segundo nível de renda
Gráfico 5	Detalhamento de recursos para bolsas de estudo para estrangeiros 2005-2009
Gráfico 6	Bolsas de estudo para estrangeiros por instituições participantes 2005-2009
Gráfico 7	Bolsas de estudo para estrangeiros concedidas pelo MCT
Gráfico 8	Bolsas de estudo para estrangeiros concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior 2005-2009
Gráfico 9	Evolução dos recursos anuais aplicados em Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica 2005-2009
Gráfico 10	Detalhamento de recursos da Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica 2005-2009
Gráfico 11	Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – distribuição por nível de renda
Gráfico 12	Gastos do Governo Federal com refugiados

Lista de Anexos

Anexo 1	Lista de organizações internacionais que receberam recursos
Anexo 2	Guia de Orientação Básica
Anexo 3	Estatísticas
Anexo 4	Instituições que participaram do Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e seus respectivos pontos focais

PREFÁCIO

Nos últimos anos, o Brasil tem despertado a atenção da comunidade internacional, graças às grandes transformações promovidas no âmbito social e econômico, que permitiram que milhões de brasileiros rompessem os grilhões históricos da pobreza e da exclusão. De fato, além da consolidação do regime democrático e de uma estratégia de crescimento econômico inclusivo, o país se orgulha de ter atingido – e superado – várias das metas relacionadas à redução da pobreza estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) acordados pela Organização das Nações Unidas (ONU), muito antes do prazo estabelecido (2015). No entanto, em um mundo cada vez mais interdependente, a paz, a prosperidade e a dignidade humana não dependem apenas de ações em âmbito nacional e a cooperação para o desenvolvimento internacional é peça-chave para o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e pacífica.

Assim, o Brasil tem feito uso das soluções criadas e desenvolvidas internamente, em temas como agricultura, educação e segurança pública, para apoiar países com dificuldades semelhantes na superação de seus obstáculos ao desenvolvimento. Seja por meio de ações pontuais, como a doação de alimentos e remédios para vítimas de catástrofes naturais, seja pelos projetos de cooperação técnica, seja pela concessão de bolsas de estudo a alunos estrangeiros, seja pela contribuição a organizações internacionais, o princípio da não indiferença inspira e impulsiona a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Equilibrando o respeito à soberania e a defesa da autodeterminação, características tradicionais da diplomacia brasileira, o Brasil vem desenvolvendo uma maneira bastante própria de cooperar com os países em desenvolvimento. De fato, a colaboração concedida pelo país não impõe condicionalidades nem visa a objetivos políticos imediatistas. A cooperação brasileira é especializada, pois conta com o engajamento de órgãos e entidades públicos, universidades e organizações da sociedade civil. É também participativa, pois inclui os países parceiros desde a fase de negociação, que adaptam e contextualizam as ações para a realidade local.

O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores: entendemos-la como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades. Trata-se de um modelo ainda em construção, que, apesar de já revelar algumas de suas características, ainda carece de maior sistematização e debate. Este levantamento representa, portanto, o primeiro passo no sentido de construir uma política de cooperação internacional para o desenvolvimento integrada aos objetivos da política externa brasileira, que não esteja sujeita às prioridades de cada governo, mas que possa contar com uma ampla base de apoio no Estado e na sociedade civil.

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional busca, portanto, contribuir com o movimento de renovação da agenda do desenvolvimento no século XXI, marcado pela busca por modelos de desenvolvimento que possam conjugar crescimento econômico com inclusão social e prosperidade nacional com sustentabilidade e estabilidade global.



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

APRESENTAÇÃO

O Brasil pode ser descrito, no presente momento, como uma nação de crescimento econômico com inclusão social crescente, em que a redução progressiva das desigualdades e o compromisso comum com a plena vigência da democracia convivem e se reforçam mutuamente. O fortalecimento do mercado interno e a execução de políticas públicas firmes e transparentes têm se constituído em instrumentos eficazes de enfrentamento das desigualdades de renda e de promoção de oportunidades, cujo resultado mais eloquente é a migração de milhões de brasileiros do nível de pobreza extrema para a classe média. Nesse contexto, o país está a caminho de alcançar, em 2015, todos os ODM. Não obstante os desafios ainda a serem superados pela sociedade brasileira, o país demonstra dispor, atualmente, da vontade e das condições necessárias para materializar seu anseio pelo pleno desenvolvimento e, sob um espírito de solidariedade, contribuir para o progresso social e econômico de outros povos.

Considerando que a promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva e que a incapacidade de qualquer país em alcançar os ODM configura um fracasso de toda a comunidade internacional, o Brasil vem se empenhando em apoiar os esforços de outros países no sentido de superar os desafios ao desenvolvimento, a partir do compartilhamento de conhecimentos, experiências bem-sucedidas e oferta de insumos de diferentes naturezas. Em razão do saber acumulado e de experiências disponíveis em inúmeras instituições nacionais, bem como à luz da capacidade brasileira de replicar as boas práticas para enfrentar problemas que se reproduzem em outros países em desenvolvimento, a cooperação horizontal brasileira tem demonstrado resultados positivos no apoio à correção de assimetrias sociais e econômicas presentes em outras nações. As diretrizes da atuação do Brasil em diferentes modalidades de intercâmbio internacional foram construídas e são aplicadas a partir de uma diplomacia independente, sem subserviência e respeitosa de seus parceiros. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, o país é hoje caracterizado por “uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade”.

A cooperação internacional é uma atividade que, para preservar sua relevância, precisa se renovar continuamente, haja vista a dinâmica das relações internacionais. Hoje, no início do século XXI, somos testemunhas de um momento de inflexão nas estratégias e nas práticas da cooperação internacional. Os paradigmas que pautaram a cooperação internacional na segunda metade do século XX demonstram não ser suficientes para permitir a superação das causas estruturais da pobreza e da fome no mundo. O progresso obtido por muitos países em desenvolvimento nas últimas décadas e sua atuação cada vez mais assertiva no âmbito das diferentes vertentes de cooperação internacional confirmam haver chegado o momento de se rever velhos conceitos e estratégias.

Nesse sentido, mais do que testemunhas, os países em desenvolvimento precisam assumir a responsabilidade de propor novos caminhos para a cooperação internacional, nos quais os princípios de solidariedade e atendimento às reais necessidades desses países, sem condicionalidades, se constituam na principal referência para a mobilização de recursos físicos, humanos, técnicos e tecnológicos em escala global. O amadurecimento político e econômico dos países em desenvolvimento lhes assegura autonomia para conceber estratégias de desenvolvimento plenamente aderentes a políticas de longo prazo, concebidas a partir das necessidades específicas de suas respectivas sociedades.

A dimensão global da política externa brasileira conta com uma de suas principais vertentes: o compromisso de contribuir para a promoção do desenvolvimento global, com ênfase na América Latina, África e Ásia. De forma coerente com esse discurso, um número cada vez maior de instituições nacionais do setor público ou da sociedade civil organizada, em suas diversas categorias, tem incorporado a atuação no exterior como parte do seu cotidiano de trabalho. A amplitude da capacidade técnica, tecnológica e material dessas instituições e entidades localizadas em praticamente todo o território nacional permite que essas iniciativas de intercâmbio se desdobrem em diferentes modalidades, com destaque para as cooperações científico-tecnológica, técnica, educacional e econômica e a assistência humanitária.

A atuação brasileira nessas diferentes modalidades de cooperação internacional demonstra vividamente que o país apreende a promoção ao desenvolvimento de forma holística, sem priorizar nichos específicos decorrentes de interesses unilaterais. Em consequência, a agenda brasileira de cooperação internacional para o desenvolvimento se dissemina mediante mecanismos de intercâmbio bilaterais, regionais ou multilaterais. Ao nível bilateral, o Brasil atua como parceiro de mais de 70 países. No âmbito regional, o país demonstra proatividade em instâncias como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em termos de mecanismos intergovernamentais, o Brasil contribui ativamente em foros como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). No âmbito multilateral, a cooperação brasileira se manifesta pelo apoio ao financiamento de organismos internacionais e pelo estabelecimento de operações trilaterais que contemplam o desenvolvimento de capacidades institucionais, humanas, científicas e tecnológicas.

A cooperação horizontal do Brasil para o desenvolvimento tem, portanto, resultados positivos a relatar, os quais demonstram ser alinhados com o objetivo último de se promover mudanças estruturais sustentadas nos processos de desenvolvimento social e econômico das nações parceiras do país. Conforme discurso do chanceler brasileiro, proferido por ocasião da LXV Sessão da Assembleia-Geral da ONU (Nova Iorque, 23 de setembro de 2010), “com os avanços tecnológicos e a riqueza acumulada, não há mais lugar para a fome, a pobreza e as epidemias que podem ser evitadas. Não podemos mais conviver com a discriminação, a injustiça e o autoritarismo. Temos de enfrentar os desafios do desarmamento nuclear, do desenvolvimento sustentável e de um comércio mais livre e mais justo”. O Brasil luta para fazer desses ideais uma realidade.

Marcio Pochmann

Presidente do Ipea

Marco Farani

Diretor da ABC

SUMÁRIO EXECUTIVO

O caráter universalista da inserção internacional do Brasil firmou a presença do país em debates acerca das mais variadas questões e no compartilhamento de boas práticas. Neste contexto, a percepção da necessidade de promover o tema do desenvolvimento na agenda internacional implicou a diversificação do escopo da atuação do Brasil na cooperação internacional – em suas múltiplas modalidades e distintos setores – para outros países e organizações internacionais. Assim, com potencial impacto para o desenvolvimento de outras nações que compartilham problemas econômicos e sociais semelhantes aos dos brasileiros, esta cooperação passou a ser reconhecida como instrumento de política externa.

Nos últimos anos, órgãos e entidades do governo federal intensificaram a destinação de parte dos seus recursos em projetos voltados para a promoção do desenvolvimento de diversos países. No entanto, a identificação desta prática não era quantificada, tampouco sistematizada no âmbito da administração pública federal, o que representava um fator limitante no emprego desse instrumento para a execução de objetivos de política externa e o reconhecimento da contribuição do país para o desenvolvimento socioeconômico de outros países.

O caráter descentralizado das ações implementadas pelas instituições do governo federal configura desafio para definir com clareza o volume de investimento em cooperação internacional, fator-chave para o fortalecimento de suas parcerias com países, sobretudo os do Eixo Sul.

Assim, ciente da importância da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) propôs à Presidência da República (PR) a realização do primeiro levantamento dos recursos do governo federal brasileiro investidos com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de outros países. Em janeiro de 2010, em resposta a essa demanda, o MRE, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o Ipea estabeleceram parceria, com o apoio da Casa Civil/PR, para a realização do primeiro levantamento destes recursos no âmbito da administração pública federal, com o objetivo de identificar, resgatar e sistematizar os dados e as informações do investimento público para atividades, projetos e programas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional no período 2005-2009.

De forma a concretizar o levantamento, foram realizadas diversas reuniões com as instituições participantes, aprofundando o entendimento acerca da definição desta cooperação e das características e peculiaridades de suas várias modalidades, o que possibilitou a consolidação de uma metodologia para o processo. Destas reuniões, chegou-se a definição comum que serviu de base para o levantamento de dados, a saber: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional é “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas”.

Ao longo de 2010, deu-se consecução ao levantamento, em que os órgãos e as entidades do governo federal foram protagonistas, colhendo os dados juntos aos seus departamentos. Foram apurados dados de órgãos da administração direta e de entidades vinculadas do governo federal, consolidando informações de número bastante significativo de ações, projetos e atividades.

Apurado o valor do investimento realizado, constatou-se que o volume total nos últimos cinco anos foi de R\$ 2.898.526.873,49, dividido entre as modalidades de ajuda humanitária, bolsa de estudo para estrangeiro e cooperação técnica, científica e tecnológica e as contribuições para organizações internacionais.

1 SOBRE O MÉTODO DO LEVANTAMENTO

O primeiro levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional buscou identificar, quantificar e classificar a totalidade dos recursos humanos, físicos e financeiros investidos a fundo perdido pelo governo federal brasileiro em outros países e organizações internacionais ao longo do quinquênio 2005-2009.¹

A classificação dos recursos quantificados seguiu um conjunto de categorias predefinidas, criadas a partir da revisão de metodologias internacionais, com o intuito de permitir certo grau de comparabilidade dos dados levantados com os disponíveis em âmbito internacional. Assim, os recursos foram classificados de acordo com o tipo de cooperação (bilateral ou multilateral) e de acordo com a modalidade da cooperação (técnica, científica e tecnológica, bolsas de estudos para estrangeiros, ajuda humanitária, refugiados no Brasil, operações de paz e contribuições do orçamento brasileiro para organizações internacionais).

Sobre sua cobertura, pretendia-se desde o início incluir a totalidade dos ministérios e suas entidades vinculadas, todos do governo federal, atuando diretamente na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Para tanto, a totalidade de ministérios e entidades foi informada e convidada oficialmente a participar do levantamento, ainda que não se soubesse, de antemão, quais dessas instituições de fato desenvolviam ações de cooperação conforme o recorte conceitual adotado para esse fim.

Na referida carta-convite, solicitou-se a indicação oficial de uma pessoa para servir como seu ponto focal. Aos pontos focais das instituições, caberiam três funções primordiais: articular e mobilizar recursos internos que viabilizassem a realização do levantamento, garantir estreita comunicação entre sua instituição e os responsáveis por este (Ipea e ABC) e, ainda, centralizar os dados antes de sua divulgação definitiva para fins de verificação de sua consistência.

A coleta dos dados contou com um formulário eletrônico (via internet) que alimentava uma base de dados no Ipea. Cada ponto focal obteve uma senha de acesso ao formulário e a permissão para registrar no sistema outras pessoas de sua instituição, colaboradoras no processo de levantamento e coleta de dados. Uma vez lançados todos os dados no sistema, eles eram finalmente homologados pelo próprio ponto focal, após a verificação de sua consistência – ver no quadro 1 a relação das instituições que participaram do levantamento.

Como apoio à coleta de dados, elaborou-se o Guia de Orientações Básicas do Levantamento no formato de um manual autoexplicativo com orientações detalhadas sobre formas de quantificar e classificar os recursos – ver no anexo 2 as principais indicações –, além da criação de um *e-mail* exclusivo para o encaminhamento de dúvidas relativas ao levantamento ou ao preenchimento do formulário eletrônico. Este guia foi destinado aos pontos focais das instituições participantes do levantamento e disponibilizado em formato impresso e também eletrônico.

1. O período originalmente pretendido, de 2000 a 2009, revelou-se inviável dado o caráter pioneiro do levantamento e a escassez de registros desses recursos, tão maior quanto mais se retrocedia nesses anos.

Em reconhecimento ao caráter pioneiro do levantamento, realizou-se um esforço rumo à mobilização e à capacitação das instituições envolvidas e seus respectivos pontos focais. Nesse sentido, responsáveis pelo levantamento no Ipea e na ABC organizaram e participaram de reuniões plenárias e pontuais.²

Em meados de outubro de 2010, concluída a apuração, o Ipea realizou nova análise de consistência dos dados. Em seguida, deu início à etapa de sistematização dos dados e elaboração do relatório final do levantamento. O estudo dos dados ateve-se à totalização e consolidação dos valores informados pelas instituições e à organização destes segundo as categorias predefinidas de classificação dos recursos, conforme o Guia de Orientações Básicas do Levantamento.

QUADRO 1

Instituições que participaram do levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

Unidade	Ministério/entidade
Abin	Agência Brasileira de Inteligência
AEB	Agência Espacial Brasileira
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Ancine	Agência Nacional do Cinema
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CGU/PR	Controladoria-Geral da União da Presidência da República
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DPF	Departamento de Polícia Federal
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESAF	Escola de Administração Fazendária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo

(Continua)

2. As principais reuniões com os pontos focais das instituições participantes do levantamento foram: i) 7 de abril de 2010: primeira reunião com os pontos focais da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (local: Ipea); ii) 12 de abril a 4 de junho de 2010: rodadas de reuniões com pontos focais (locais: ministérios e entidades vinculadas); iii) 8 de junho de 2010: capacitação dos pontos focais para o uso do Guia de Orientações Básicas do Levantamento rumo à realização da apuração (local: MRE); e iv) 5 de julho a 8 de outubro de 2010: novas rodadas de reuniões com pontos focais (locais: ministérios e entidades vinculadas).

(Continuação)	
Unidade	Ministério/entidade
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Inpi	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
ITI/PR	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação da Presidência da República
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MinC	Ministério da Cultura
MD	Ministério da Defesa
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MJ	Ministério da Justiça
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPAS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
MCidades	Ministério das Cidades
MC	Ministério das Comunicações
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MME	Ministério de Minas e Energia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Ministério do Esporte
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
MT	Ministério dos Transportes
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Sesu	Secretaria de Educação Superior
SEPP/IR/PR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SEPM/PR	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados

Fonte: Levantamento da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.

2 A EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

As origens históricas e os princípios basilares da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional remontam a diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas. Internacionalmente, estas origens se originaram aos anos 1960 e 1970, com os movimentos de independência de ex-colônias da África e da Ásia e de países não alinhados e sua crescente influência no âmbito da ONU; ao espaço de diálogo Norte-Sul; e às articulações pela Nova Ordem Econômica Internacional (Noei).

Há registros da cooperação brasileira na década de 1950, paralelamente à estruturação de instituições governamentais para sua coordenação. Seus princípios são reforçados com as mudanças no cenário político-institucional brasileiro a partir do fim do Regime Militar até a primeira década do século XXI. O fortalecimento dos movimentos sociais, a consolidação da democracia, a reforma constitucional, a reformulação e a consolidação de políticas sociais, o reconhecimento internacional destas e a maior estabilidade econômica e financeira garantiram crescente consistência e visibilidade à cooperação brasileira.

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional tem sido movida por princípios alinhados às visões de relações equânimes e de justiça social, constituindo-se em importante instrumento de política externa.

De fato, o Brasil acumulou significativos resultados na implementação de suas políticas sociais. À medida que estas se ampliavam e se consolidavam internamente, o governo recebia crescentes pedidos para compartilhar suas experiências e boas práticas com países parceiros. A repercussão positiva dessas políticas, por sua vez, garantiu ao Brasil crescente reconhecimento internacional, consolidado, sobretudo, ao longo da primeira década do século XXI.

Mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal, entre ministérios e entidades vinculadas, estão hoje diretamente envolvidas nas ações da cooperação internacional. Disponibiliza-se expertise brasileira, em setores diversos, segundo princípios, diretrizes e prioridades nacionais e internacionais. Aliados, esses fatores possibilitam ao país o reconhecimento como um ator emergente na chamada cooperação internacional para o desenvolvimento, tendo recebido crescente atenção por parte de atores da chamada comunidade internacional de doadores, os países-membros do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com a notória expansão e diversificação da cooperação externa, ficou evidente a necessidade de quantificá-la de forma sistematizada no âmbito da administração pública federal. A inexistência de um método estruturado e consensual entre as instituições do governo federal, aliado ao caráter predominantemente descentralizado da cooperação internacional, configurava, até então, desafio para definir com clareza o volume de investimentos nacionais em cooperação internacional para o desenvolvimento. Uma noção mais clara desse volume pode contribuir para o avanço da política externa nacional, da cooperação Sul – Sul do país e dos esforços globais para a redução da fome e da pobreza rumo ao desenvolvimento internacional sustentável.

Em conformidade com o método para o levantamento, foram realizadas diversas reuniões com as instituições participantes, aprofundando o entendimento acerca da definição da cooperação brasileira e das características e peculiaridades de suas várias modalidades, o que possibilitou a consolidação do método para o processo. Dessas reuniões, chegou-se à definição comum de cooperação internacional que serviu de base operacional³ para o levantamento de dados, a saber:

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas.

O conceito de cooperação foi formulado para nortear o levantamento sem perder de vista a necessidade de permitir comparabilidade deste com os conceitos tradicionais utilizados para quantificar a cooperação internacional pública para o desenvolvimento de outros países do mundo há aproximadamente 60 anos. Porém, vale ressaltar que este conceito não se alinha à tradicional definição de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) da OCDE. Esta é amplamente definida como:

Fluxos de financiamentos oficiais administrados com o objetivo primordial de promover desenvolvimento econômico e bem-estar nos países em desenvolvimento e que possuem caráter de concessionalidade por serem estendidos com pelo menos 25% de fundo perdido, seja diretamente para países em desenvolvimento (bilateral), via agências governamentais dos países doadores, ou via instituições multilaterais, excluindo empréstimos de agências de créditos de exportação com o único propósito de promoção das exportações nacionais (OCDE).

Há semelhanças e diferenças entre a AOD e a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Assemelham-se no fluxo de financiamentos oficiais administrados com o objetivo primordial de promover o desenvolvimento econômico e bem-estar nos países em desenvolvimento e no caráter de concessionalidade. Esta cooperação, porém, refere-se aos recursos brasileiros oferecidos totalmente a fundo perdido, e não àqueles com grau de concessionalidade igual ou maior que 25%, como no caso da AOD. Uma segunda diferença, ainda que implícita, refere-se à dimensão multilateral da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Se a AOD tradicional contabiliza recursos de financiamento a organizações internacionais exclusivamente do Norte, a cooperação incluiu os recursos de financiamento do Brasil destinados a uma gama de organizações internacionais tipicamente do Sul, das quais o Brasil é país-membro.

Ao longo de 2010, deu-se consecução ao levantamento, em que os órgãos e as entidades do governo federal foram protagonistas, colhendo os dados internamente e lançando-os em formulário eletrônico desenhado para esse fim. Foi notável a determinação dos representantes das instituições envolvidas na busca por dados substantivos, em estreita articulação e comunicação com o Ipea e com a ABC, mesmo de forma concorrente com outras atividades relevantes do governo federal.

3. Ver anexo 2 a respeito da metodologia.

Trata-se de dados preliminares, seja pela dificuldade intrínseca em identificarem e quantificarem aquilo que se enquadra e separarem o que não se enquadra na definição da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, seja por refletirem uma parte, e não a totalidade, de instituições brasileiras.

Por fim, apesar de este levantamento restringir-se à quantificação da cooperação brasileira, a avaliação qualitativa desta foi um tema recorrente nas diversas reuniões junto aos representantes do governo federal brasileiro. É reconhecido o potencial da cooperação externa do Brasil. O país já possui condições de realizar tais avaliações para avançar no debate interno e externo sobre a relação entre políticas públicas, política externa e cooperação internacional para o desenvolvimento. Trata-se de um passo importante e potencial no futuro.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS DO LEVANTAMENTO: 2005-2009

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional durante o período 2005-2009 alcança uma cifra próxima a R\$ 2,9 bilhões, em valores correntes. Como ilustra a tabela 1, mais de 76%, em média, dos dados levantados, corresponde a contribuições para organizações internacionais e bancos regionais, cabendo às demais modalidades (assistência humanitária, bolsas de estudo e cooperação técnica) quase 24% do total. A cooperação praticamente dobra entre 2005 e 2009, passando de R\$ 384,2 milhões para mais de R\$ 724 milhões, respectivamente.

A assistência humanitária e a cooperação técnica registram aumentos absolutos expressivos durante o período em análise, passando de R\$ 28,9 milhões em 2005 (7,53% do total no ano), para R\$ 184,8 milhões em 2009 (25,51% do total no ano). Essa sextuplicação de recursos aplicados nessas duas modalidades constitui um sinal inequívoco da crescente importância que o Brasil atribuindo à cooperação internacional, em um marco global de desenvolvimento econômico e social.

As bolsas de estudo para estrangeiros, outra modalidade na qual o Brasil é tradicional cooperante, contribuem com mais de R\$ 284 milhões durante o período (quase 10% do total), sendo a segunda modalidade que mais destina recursos internacionalmente, depois das contribuições a organismos internacionais.

As contribuições para organizações internacionais registram, também, um aumento consistente durante esses anos, passando de quase R\$ 300 milhões em 2005 para mais de R\$ 495 milhões em 2009, como reflexo do crescente papel do Brasil em organismos internacionais e bancos regionais. Ao se examinar esta modalidade, verifica-se que, excluindo os bancos regionais, as contribuições do governo brasileiro para as organizações internacionais foram mais que duplicadas, passando de R\$ 134,5 milhões em 2005, para R\$ 361,4 milhões em 2009.

A título de informação complementar, a tabela 3 mostra os dados da cooperação em dólares correntes, indicando que o valor global da cooperação atingiu cerca de US\$ 1,43 bilhão durante o período. No mesmo intuito, a tabela 2 reproduz os dados da tabela 1 em valores constantes, expressando-os em reais de 2009. Finalmente, a tabela 4 traz os dados da tabela 2 convertidos em dólares médios de 2009. Nesses dois últimos casos, as tabelas mostram que a cooperação 2005-2009 chegou a pouco mais de R\$ 3,2 bilhões em valores de 2009, ou seja, mais de US\$ 1,6 bilhão em valores médios de 2009, com aumento, em termos reais, de quase 50% entre 2005 e 2009.

TABELA 1
Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009
(Em R\$ valores correntes)

	2005		2006		2007		2008		2009		Total	
	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total
Assistência humanitária	1.185.826,34	0,31	5.524.359,06	0,91	31.804.809,29	5,59	29.744.778,97	4,83	87.042.331,20	12,02	155.302.104,86	5,36
Bolsas de estudos para estrangeiros	56.104.204,86	14,60	56.454.857,68	9,34	56.376.649,16	9,90	70.666.566,99	11,46	44.473.906,96	6,14	284.076.185,65	9,80
Cooperação técnica	27.755.710,55	7,22	32.801.148,70	5,43	35.599.271,59	6,25	58.738.112,72	9,53	97.744.759,99	13,49	252.639.003,55	8,72
Contribuições para organizações internacionais	299.145.649,02	77,86	509.533.963,63	84,32	445.421.638,10	78,25	457.249.200,67	74,18	495.159.128,01	68,35	2.206.509.579,43	76,13
Total	384.191.390,77	100	604.314.329,07	100,00	569.202.368,14	100,00	616.398.659,35	100,00	724.420.126,16	100,00	2.898.526.873,49	100,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 2
Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009
(Em R\$ valores constantes¹)

	2005		2006		2007		2008		2009		Total	
	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total	R\$	% em relação ao total
Assistência humanitária	1.499.714,57	0,31	6.581.871,79	0,91	35.792.438,43	5,59	31.169.294,86	4,83	87.042.331,20	12,02	162.085.650,85	5,04
Bolsas de estudos para estrangeiros	70.954.987,89	14,60	67.261.854,46	9,34	63.445.050,89	9,90	74.050.880,17	11,46	44.473.906,96	6,14	320.186.680,36	9,95
Cooperação técnica	35.102.647,13	7,22	39.080.181,59	5,43	40.062.643,51	6,25	61.551.156,81	9,53	97.744.759,99	13,49	273.541.389,04	8,50
Contribuições para organizações internacionais	378.329.502,32	77,86	607.072.636,65	84,32	501.267.792,94	78,25	479.147.455,54	74,18	495.159.128,01	68,35	2.460.976.515,45	76,50
Total	485.886.851,91	100,00	719.996.544,49	100,00	640.567.925,78	100,00	645.918.787,37	100,00	724.420.126,16	100	3.216.790.235,70	100,00

Fontes: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009 e IBGE.

Nota: ¹ Valores em reais de 2009, atualizados pelo Deflator Implícito do Produto Interno Bruto (PIB)/IBGE.

TABELA 3

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009(Em US\$ valores correntes)¹

	2005		2006		2007		2008		2009		Total	
	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total
Assistência humanitária	487.994,38	0,31	2.534.109,66	0,91	16.310.158,61	5,59	16.253.977,58	4,83	43.521.165,60	12,02	79.107.405,83	5,55
Bolsas de estudos para estrangeiros	23.088.150,15	14,60	25.896.723,71	9,34	28.911.102,13	9,90	38.615.610,38	11,46	22.236.953,48	6,14	138.748.539,84	9,73
Cooperação técnica	11.422.103,11	7,22	15.046.398,49	5,43	18.256.036,71	6,25	32.097.329,36	9,53	48.872.380,00	13,49	125.694.247,66	8,81
Contribuições para organizações internacionais	123.105.205,36	77,86	233.731.175,98	84,32	228.421.352,87	78,25	249.862.951,19	74,18	247.579.564,01	68,35	1.082.700.249,40	75,91
Total	158.103.452,99	100,00	277.208.407,83	100,00	291.898.650,33	100,00	336.829.868,50	100,00	362.210.063,08	100,00	1.426.250.442,73	100,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009 e Banco Central do Brasil (BCN).

Nota: ¹ Taxa de câmbio PTAX-BCB. Média anual.

TABELA 4

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009(Em US\$ valores constantes)¹

	2005		2006		2007		2008		2009		Total	
	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total	US\$	% em relação ao total
Assistência humanitária	749.857,29	0,31	3.290.935,89	0,91	17.896.219,22	5,59	15.584.647,43	4,83	43.521.165,60	12,02	81.042.825,42	5,04
Bolsas de estudos para estrangeiros	35.477.493,94	14,60	33.630.927,23	9,34	31.722.525,45	9,90	37.025.440,08	11,46	22.236.953,48	6,14	160.093.340,18	9,95
Cooperação técnica	17.551.323,57	7,22	19.540.090,80	5,43	20.031.321,76	6,25	30.775.578,41	9,53	48.872.380,00	13,49	136.770.694,52	8,50
Contribuições para organizações internacionais	189.164.751,16	77,86	303.536.318,32	84,32	250.633.896,47	78,25	239.573.727,77	74,18	247.579.564,01	68,35	1.230.488.257,73	76,50
Total	242.943.425,95	100,00	359.998.272,24	100,00	320.283.962,89	100,00	322.959.393,69	100,00	362.210.063,08	100,00	1.608.395.117,85	100,00

Fontes: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009 e BCB.

Nota: ¹ Valores em reais de 2009, convertidos em dólares de 2009, usando taxa média de câmbio PTAX-BCB de 2009.

3.1 Assistência humanitária

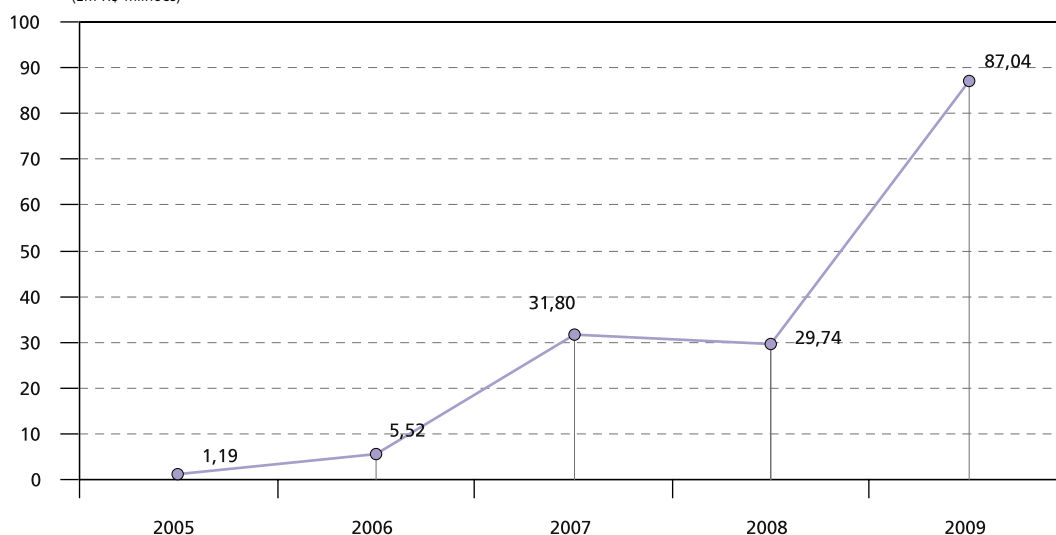
A assistência humanitária internacional (AHI) está presente no histórico das ações do governo brasileiro no âmbito internacional. Entre 2005 e 2009, o montante destinado a essa modalidade de cooperação atinge R\$ 155.302.104,80 – em valores correntes –, o que representa 5,36% da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional no período.

A ajuda do Brasil a países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência ou de calamidade pública ao longo do quinquênio teve um crescimento significativo, atingindo em 2009 R\$ 87.042.331,20, como mostra o gráfico 1, valor 73 vezes maior que aquele apurado em 2005, de R\$ 1.185.826,34. A evolução da AHI deu-se de forma acentuada em 2006 e 2007, alcançando R\$ 31.804.809,29. No ano seguinte, manteve-se praticamente estável, com ligeira queda de contribuição e logo em seguida, em 2009, atingiu um nível expressivo, com crescimento de quase 300%.

GRÁFICO 1

Evolução da AHI ao longo do período 2005-2009

(Em R\$ milhões)

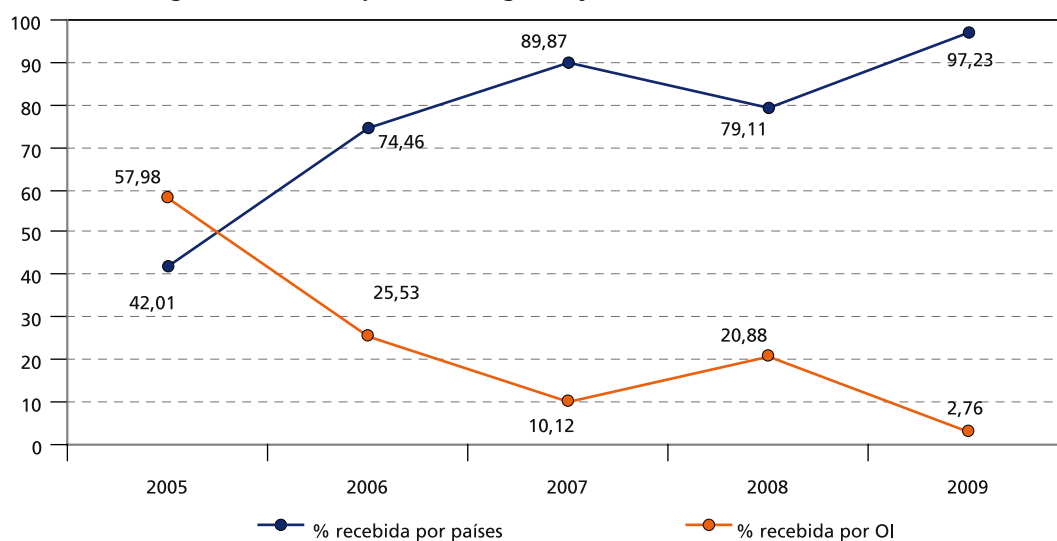


Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

O desembolso de recursos em 2009 coloca a AHI em um novo patamar nas modalidades de cooperação internacional, representando 12% no exercício, e 53,70% de toda a AHI no quinquênio em análise.

Quanto à forma de execução da ajuda estatal, percebe-se uma mudança dos canais de distribuição ao longo de 2005-2009, preferindo-se oferecer a assistência de maneira direta nos territórios acometidos pela calamidade ou desastre. Em 2005, a participação brasileira era relativamente equilibrada entre encaminhamentos de ajuda por meio de organizações internacionais e envio direto de assistências aos países beneficiados, com primazia da primeira opção. Em 2009, 97% dos recursos em AHI foram canalizados bilateralmente, sem a mediação de organizações internacionais, conforme ilustra o gráfico 2. O crescimento da execução direta ocorre em linha crescente, com pequena queda em 2008, ano em que houve também ligeira redução da AHI, como mencionado anteriormente.

GRÁFICO 2

Porcentagem destinada a países e a organizações internacionais a cada ano

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Entre os dados reportados pelas instituições do governo federal, vale ressaltar a predominância de ministérios e de entidades com atuação relevante em questões de alimentação, saúde, frete e direitos humanos e que constituem o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI). Instituído para coordenar as ações de assistência humanitária internacional no governo brasileiro, o GTI-AHI foi criado em 2006⁴ e intensificou substancialmente a prestação rápida e eficiente de assistência humanitária. Atento à necessidade de assistir as vítimas de catástrofes naturais, bem como de conflitos armados e de outros tipos de convulsões sociais, o trabalho do grupo tem atuado no aperfeiçoamento do processo de prestação de assistência humanitária. A instância interministerial conta com 15 ministérios⁵ e é presidido pelo MRE.

A distribuição geográfica da assistência humanitária do Brasil é majoritária em países da América Latina e Caribe, que receberam R\$ 107.819.457,37, ou seja, 76,27% da ajuda enviada diretamente aos países beneficiados. Em seguida, está a Ásia com R\$ 23.241.017,77 e a África com R\$ 10.269.463,80 – respectivamente, 16,44% e 7,26% dos recursos. A Oceania recebeu R\$ 34.058,00, ou seja, 0,02% da AHI enviada nos cinco anos (gráfico 3). Destaque deve ser dado, também, na participação dos países da CPLP como países-destinatários. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste receberam juntos R\$ 8.063.670,78, equivalente a 8% dos recursos.

Entre os países da América Latina e Caribe, Bolívia, Paraguai, Haiti, Cuba, Jamaica, Peru, Honduras e Nicarágua são os que mais receberam recursos de assistência humanitária brasileiros. No âmbito dos países em desenvolvimento da CPLP, Guiné Bissau recebeu

4. Dec. de 21.06.2006

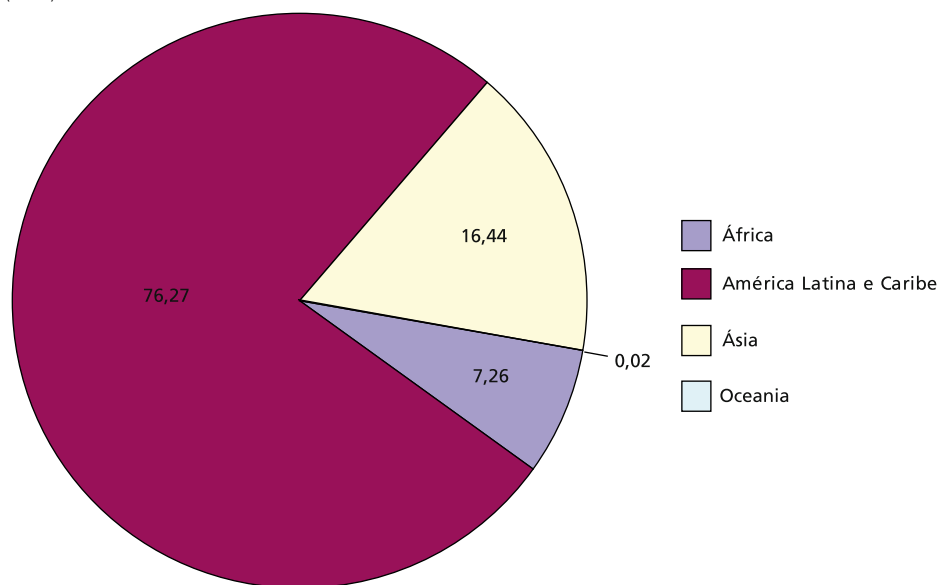
5. Compõem o GTI-AHI um representante titular, com seu respectivo suplente, da Casa Civil/PR, do MRE, do MD, do MJ, do MF, do Mapa, do MS, do MI, do MDS, do MEC, do MDA, do MC, da Secretaria Geral/PR e da SEDH/PR.

montante superior ao enviado para os outros membros da comunidade. Sobre os países citados, vale lembrar que existem situações particulares recorrentes em seus territórios, como os constantes furacões na América Central e Caribe, as chuvas torrenciais na América do Sul e a instabilidade política com ocorrência de conflitos em Guiné Bissau.

GRÁFICO 3

Distribuição da AHI por região – 2005-2009

(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Ademais, a prestação de assistência humanitária internacional pelo Brasil deu-se de maneira multifacetada. O governo brasileiro procurou auxiliar populações necessitadas, especialmente nos países de baixa renda. Questões de grande apelo junto à sociedade, como o conflito árabe-israelense, registraram envios específicos de ajuda quando do ressurgimento do embate direto. Entre 2007 e 2009, o montante enviado para esse território foi de R\$ 20.018.364,16.

Com fundamento nos dados levantados, vale ressaltar a preponderância, no campo de AHI, dos setores finalísticos da cooperação de alimentos, direitos humanos, saúde e serviços de frete. Quanto à forma de utilização do recurso desembolsado, pode-se destacar o dispêndio com doações de suprimentos (bens alimentícios e medicamentos), com repasses de recursos orçamentários às embaixadas brasileiras para a compra de produtos no mercado local, bem como os custos com passagens e diárias, com utilização de materiais e equipamentos, com a hora técnica de profissionais brasileiros e com custos administrativos associados à AHI.

Como mostra a tabela 5, preponderam ações de doações em espécie (suprimentos) no montante de recursos aplicados, correspondendo a 65,67%. Em seguida, destaca-se a categoria cooperação financeira (envio de dinheiro a embaixada local), com 21,37% dos recursos. Somadas as duas categorias, a contribuição brasileira chega a R\$ 135.177.780,89, equivalente a 87% do recurso investido em AHI. Exemplo da atuação brasileira foi a doação de alimentos para Cuba, Haiti e Honduras, países castigados pela passagem seguida de

furacões no começo de 2009. Essas ações foram as mais vultosas das realizadas pelo governo brasileiro no período, somando aproximadamente R\$ 66 milhões.

TABELA 5

Assistência humanitária internacional, detalhamento dos recursos – 2005-2009

Detalhamento	R\$	%
Doações em espécie (suprimentos)	101.986.334,34	65,67
Cooperação financeira	33.191.446,55	21,37
Custos administrativos associados	11.482.157,12	7,39
Horas técnicas	79.430,63	0,05
Materiais/equipamentos	8.534.520,11	5,50
Passagens e diárias	28.216,11	0,02
Total	155.302.104,86	100,00

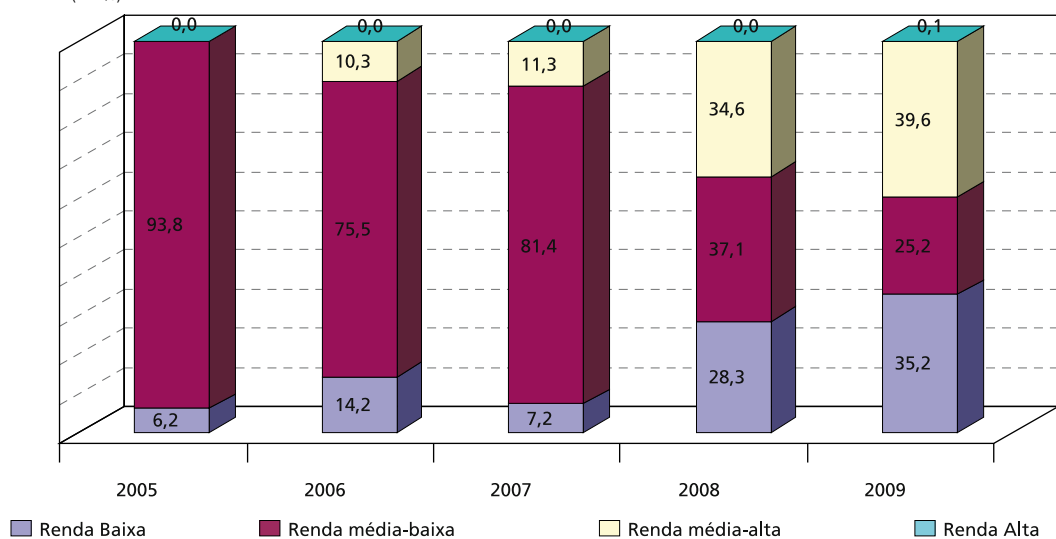
Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Cumprir mencionar também a distribuição de AHI por categoria de países segundo os níveis de renda, conforme critérios adotados pelo Banco Mundial, que os separa em grupos, a saber: de renda baixa, de renda média baixa, de renda média alta e de renda alta. Por meio desta classificação, o gráfico 4 ilustra que de 2005 a 2007 predomina a prestação de AHI a países de renda média baixa. Nos anos que se seguem, a participação dos países de renda baixa e renda média alta ganharam importância relativa. Neste sentido, a distribuição da ajuda ficou mais equilibrada entre essas três categorias de renda. O crescimento da participação dos países de renda baixa e de renda média alta como destinos da AHI do Brasil decorre das catástrofes naturais ocorridas na América do Sul e América Central. As chuvas e furacões que atingiram Argentina, Equador, Cuba, Haiti, Jamaica, entre outros, causaram grandes prejuízos e o Brasil contribuiu para aliviar estas situações emergenciais.

GRÁFICO 4

AHI por grupo de países segundo nível de renda¹

(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Nota: ¹ Classificação conforme critérios adotados pelo Banco Mundial.

Por fim, expõe-se a configuração dos países em relação ao total recebido. A tabela 6 apresenta os valores e as porcentagens dos maiores receptores da assistência humanitária internacional do Brasil. Cuba, Haiti, Território Palestino e Honduras são os destinos de quase 64% do montante destinado para a AHI pelo Brasil entre 2005 e 2009. Paraguai, Bolívia, Argentina, Equador, Jamaica, Guiné Bissau, Nicarágua e Peru correspondem a aproximadamente 20% desse total. Organizações internacionais e os demais países são destinos de aproximadamente 16% do montante para assistência humanitária do Brasil.

TABELA 6

Maiores receptores da AHI do Brasil – 2005-2009

Receptores	R\$	%
Nicarágua	2.047.781,37	1,32
Equador	2.154.393,43	1,39
Peru	2.219.346,84	1,43
Argentina	2.849.023,02	1,83
Jamaica	3.928.526,00	2,53
Guiné Bissau	5.409.910,10	3,48
Bolívia	6.122.786,66	3,94
Paraguai	6.258.347,56	4,03
Organizações internacionais	13.938.107,92	8,97
Honduras	15.646.603,87	10,07
Território palestino	19.943.464,16	12,84
Haiti	29.840.307,15	19,21
Cuba	33.523.648,54	21,59
Demais países	11.419.858,24	7,35

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

3.2 Bolsas de estudo para estrangeiros

A concessão de bolsas para alunos estrangeiros que realizam seus estudos no Brasil ou no exterior é uma das modalidades mais tradicionais da cooperação do país. De fato, a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), criada em 1950 e dedicada, principalmente, à organização da assistência técnica recebida do exterior, já incluía em seu mandato a cooperação do Brasil com outros países por meio da concessão de bolsas de estudos.⁶

Comparando-se os gastos realizados nas demais modalidades de cooperação internacional, o volume de recursos para a concessão de bolsas de estudo para estrangeiros se apresenta constante durante a maior parte do período observado, apesar de registrar alta em 2008, seguida por uma significativa diminuição observada em 2009, conforme a tabela 7. Apesar das variações, a concessão de bolsas de estudo representa parte significativa da cooperação brasileira (quase 10% do total), responsável por um total acumulado de R\$ 284,07 milhões.

6. Decreto nº 28.799, de 27 de outubro de 1950: "Art. 1º A Comissão Nacional de Assistência Técnica tem por fim: (...) acompanhar os trâmites dos projetos de assistência técnica solicitada pelo Brasil aos organismos internacionais competente; (...) providenciar para que os portadores de bolsas de estudo oferecidas pelo governo brasileiro, como contribuição nacional aos programas de assistência técnica, sejam recebidos e encaminhados."

TABELA 7

Bolsas de estudo para estrangeiros – despesa a cada ano e percentual de participação da instituição em relação ao total

(R\$ valores correntes)

	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	Total/instituição	%
MCT	29.523.256,80	53	33.110.421,55	59,0	33.498.901,52	59	36.829.882,07	52	7.775.461,92	18	140.737.923,86	50
MEC	9.750.000,00	17	11.120.100,00	20,0	8.342.400,00	15	14.060.020,00	20	14.363.480,00	32	57.636.000,00	20
Capes	15.390.068,10	27	11.625.709,22	20,0	13.408.303,48	24	18.060.642,12	26	20.608.922,36	46	79.093.645,28	28
MRE	522.307,10	1	598.626,91	1,0	1.127.044,16	2	1.683.202,80	2	1.633.142,68	4	5.564.323,65	2
Demais instituições	918.572,86	2	–	–	–	–	32.820,00	–	92.900,00	–	1.044.292,86	0
Total	56.104.204,86	–	56.454.857,68	–	56.376.649,16	–	70.666.566,99	–	44.473.906,96	–	284.076.185,65	–

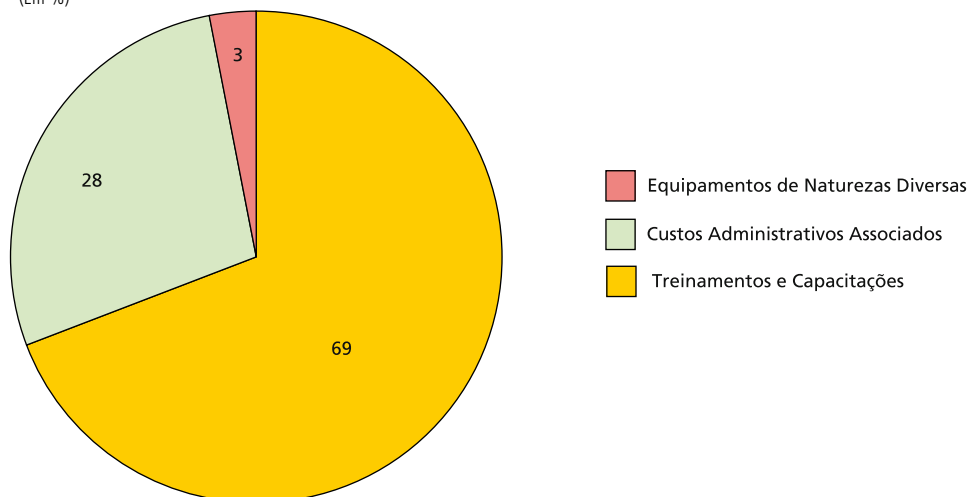
Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

Do detalhamento da distribuição dos recursos concedidos às bolsas de estudo para estrangeiros (gráfico 5), a maior parte é alocada à categoria *cooperação financeira*, que inclui o repasse de recursos aos alunos para custear despesas diretamente relacionadas com os estudos. Os itens *passagens e diárias* e *custos administrativos associados* reúnem valores relacionados indiretamente com os estudos, associados ao transporte e à subsistência de estrangeiros para sua capacitação em território nacional.

GRÁFICO 5

Detalhamento de recursos para bolsas de estudo para estrangeiros – 2005-2009

(Em %)



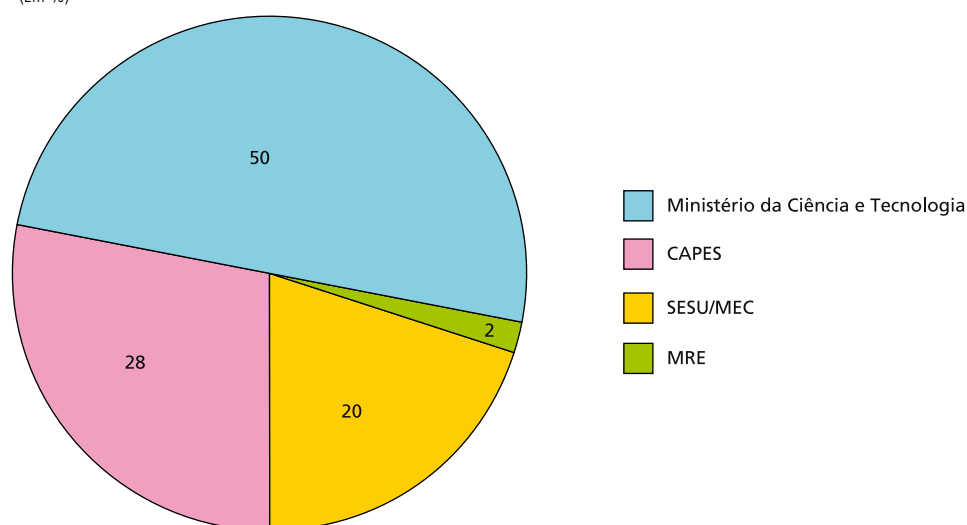
Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

O levantamento da cooperação identificou alguns dos principais programas e projetos das instituições que concentram a maior parte dos recursos dedicados à concessão de bolsas a estrangeiros. O MCT concentra 50% dos recursos destinados a bolsas de estudo para estrangeiros (gráfico 6) que são executados pelo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Capes destinou 28% dos recursos e a Sesu/MEC, com 20% dos recursos destinados às bolsas.

GRÁFICO 6

Bolsas de estudo para estrangeiros por instituições participantes – 2005-2009

(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

No âmbito do MCT, compete ao CNPq os processos de seleção e concessão de bolsas pagas diretamente a estudantes e pesquisadores estrangeiros oriundos de 118 países diferentes, entre os programas identificados no gráfico 7.

O Convênio CNPq/TWAS (Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento) representa 7% dos recursos voltados para a concessão de bolsas de estudo. O convênio também contempla jovens estudantes e pesquisadores de países em desenvolvimento que realizam seus estudos de doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado em instituições brasileiras na área das ciências naturais, que depois retornam a seus países de origem para dar continuidade ao seu desenvolvimento profissional e acadêmico.

Além das bolsas concedidas para estudantes estrangeiros realizarem seus estudos no Brasil em temas e instituições diversas, o CNPq também oferece bolsas em programas e projetos específicos. O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), por exemplo, é executado pelo MCT, que cuida das bolsas para alunos de mestrado, em parceria com o MRE – responsável, por meio da Divisão de Temas Educacionais, pelo custeio das passagens aéreas dos bolsistas e pela divulgação do programa –, e com o MEC por meio da Capes, que se encarrega das bolsas dos estudantes de doutorado. Estas são concedidas para alunos nacionais de países com os quais o Brasil mantém Acordo de Co-operação Cultural e Educacional.

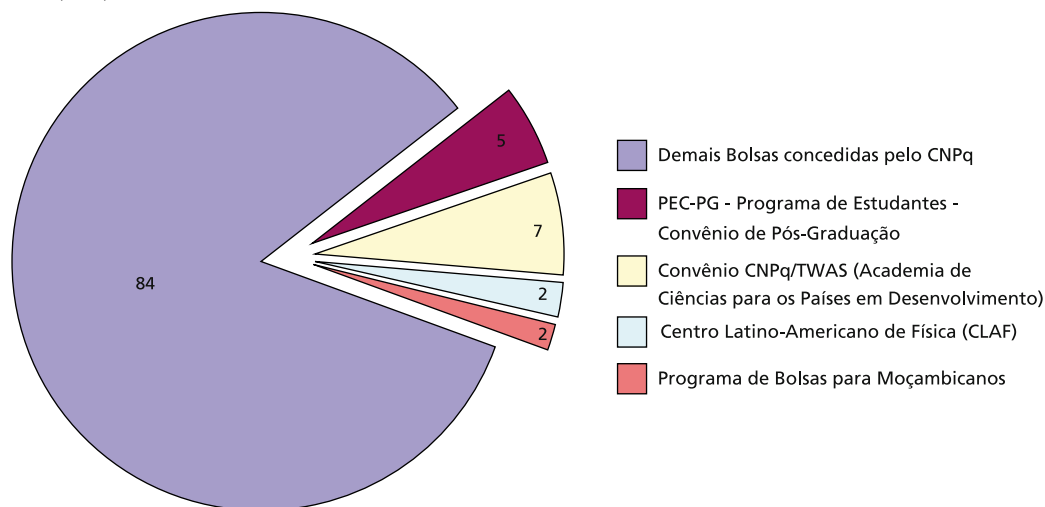
O programa realizado com o Centro Latino-Americano de Física (CLAF), sediado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), recebe estudantes e pesquisadores dos países-membros (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela) interessados no estudo e desenvolvimento da Física na América Latina.

O MCT também mantém convênios bilaterais com países parceiros, como o Programa PÓS-DOC-Cuba, que consiste na concessão de bolsas de pós-doutorado a pesquisadores cubanos no âmbito de programa estabelecido por meio de convênio com o Ministério de Educação Superior de Cuba (MES). O objetivo desse programa é contribuir para a formação de pesquisadores em nível de doutorado pleno, sanduíche e pós-doutorado no Brasil ou de professores visitantes oriundos de instituições cubanas. De forma semelhante, o Programa de Bolsas para Moçambicanos, estabelecido mediante de plano de trabalho firmado em 2003 pelos ministérios de Ciência e Tecnologia do Brasil e de Moçambique, visa à formação de pesquisadores e professores nacionais de Moçambique em instituições brasileiras.

GRÁFICO 7

Bolsas de estudo para estrangeiros concedidas pelo MCT

(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

O Convênio CNPq/CONICIT (Conselho Nacional para Investigaciones Científicas y Tecnológicas da Costa Rica), firmado entre o MCT e o CONICIT, tem como objetivo o intercâmbio e a formação de recursos humanos em temas como Biodiversidade, Biotecnologia, Química e Física.

Como parte da missão institucional da Capes, as atividades de intercâmbio e cooperação internacional contribuem com a ampliação da competência científico-tecnológica de outros países. A intensificação dessas atividades pode ser demonstrada pela diversidade de modalidades de fomento à produção científica, variando desde ações de caráter assistencial até atividades de cooperação em parcerias cada vez mais recíprocas.

Novos tratados e acordos culturais, educacionais e científicos determinaram o surgimento de um crescente número de programas que visam assistir tecnicamente países com deficiência no ensino superior. A atuação pauta-se pela disponibilização de recursos para atividades e projetos em vários países, com ênfase à cooperação com países do Eixo Sul – Sul, especialmente da América Latina – com destaque para a Argentina – e para o continente africano, com os países de língua portuguesa. Além disso, programas bilaterais com Cuba, Uruguai e Timor Leste e iniciativas com blocos de países, como no caso do Mercosul e o PEC-PG, figuram entres os projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, projetos especiais e bolsas individuais.

Parceria entre a Capes, o CNPq e o MRE, o PEC-PG, que corresponde a 40% dos recursos para bolsa de estudos para estrangeiros oferecidas pela Capes no período 2005-2009 (gráfico 8), visa à concessão de bolsas de mestrado e doutorado, buscando o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. Essas bolsas são concedidas em todas as áreas do conhecimento nas quais existam programas de pós-graduação que emitam diplomas de validade nacional.

O Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa com o Timor Leste para a concessão de bolsas individuais representa 37% dos recursos para bolsa de estudos para estrangeiros oferecidas pela Capes no período de 2005-2009 e objetiva a formação em língua portuguesa, de professores de diferentes níveis de ensino.

No mesmo período, o programa de bolsas individuais de professor visitante (PVE), com o objetivo de desenvolver atividades de docência, pesquisa e orientação com a vinda de professores estrangeiros, reúne o equivalente a 21% dos recursos da Capes à concessão de bolsas para estrangeiros.

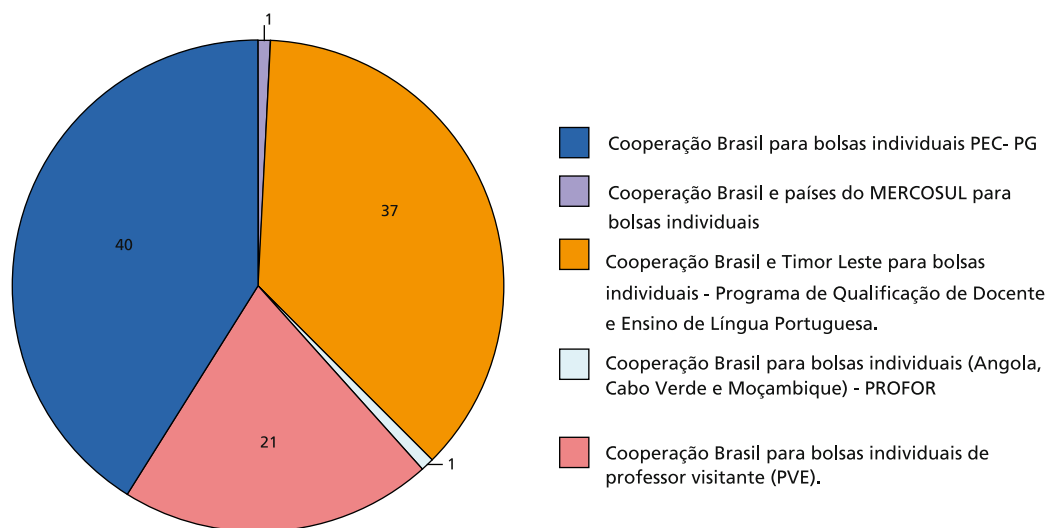
Em 2008, em colaboração com a Sesu/MEC, a Capes passa a apoiar o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca) do Mercosul que tem como objetivo a melhoria da qualidade acadêmica, por meio de sistemas de avaliação e reconhecimento, e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países vinculados aos países-membros e associados (Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile). Relativamente novo, o programa corresponde apenas a 1% dos recursos da Capes para a concessão de bolsas.

Por fim, o Programa de Formação Científica (Profor) oferece bolsas individuais a estudantes de Angola, Cabo Verde e Moçambique e corresponde ao restante dos recursos.

GRÁFICO 8

Bolsas de estudo para estrangeiros concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – 2005-2009

(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

No âmbito do MEC, dois são os programas que contemplam estudantes estrangeiros do ensino superior: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Projeto Milton Santos (Promisaes).

O PEC-G, programa administrado em parceria pelo MRE e MEC, representa 80% dos recursos do Sesu/MEC voltados para a concessão de bolsas de estudo para alunos estrangeiros e configura entre os projetos de cooperação educacional do governo federal oferecida aos

países da América Latina e da África. O programa é voltado para estudantes de graduação e tem como objetivo principal oferecer formação superior gratuita aos bolsistas.

Equivalente a 18% dos recursos para bolsa de estudos para estrangeiros concedida pelo MEC, o Promisaes concede a alunos de graduação de países da América Latina e da África auxílio financeiro no valor de um salário mínimo durante 12 meses, podendo ser renovada até o fim do curso. Ao estudante, é obrigatória, como critério de elegibilidade, a matrícula em curso de graduação de instituições federais.

A concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a alunos estrangeiros representa 83% dos recursos em bolsas de estudo para estrangeiros concedidas pelo MRE. Destaca-se o Programa de Incentivo à Formação Científica, que consiste em oferecer cursos de curta duração e acesso a laboratórios e bibliotecas de universidades públicas brasileiras para estudantes universitários de Angola, Moçambique e Cabo Verde, como forma de complementação à formação nos países de origem. Trata-se de uma parceria entre o Departamento de África do MRE (DEAF/MRE) e a Capes, que conta com o engajamento de dezenas de núcleos de pesquisa em diversas universidades brasileiras. Esta iniciativa guarda sinergia com o tradicional programa PEC-PG, uma vez que familiariza alunos estrangeiros com o universo acadêmico brasileiro e pode, assim, contribuir para torná-los mais preparados para pleitear vagas em cursos de pós-graduação oferecidos no Brasil.

O Programa de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr) é responsável por 17% dos recursos relatados pelo MRE, e contempla, principalmente, diplomatas dos países de língua portuguesa.

3.3 Cooperação técnica, científica e tecnológica

O Brasil reúne considerável acervo de tecnologias, conhecimentos, técnicas e experiências testadas e validadas que se encontram aptas para serem compartilhadas com outras nações. Essa capacidade foi acumulada a partir de investimentos em instituições e em indivíduos situados em contextos, por vezes, de significativas carências materiais e de capital humano. Mas foi justamente a superação dessas carências que permitiu ao país alcançar uma posição no cenário internacional de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (CTC&T).

No caso da cooperação técnica horizontal, ou Sul – Sul, a atuação do governo brasileiro é balizada fundamentalmente pela missão de contribuir para o adensamento de suas relações com os países em desenvolvimento. Essa cooperação é inspirada no conceito de *diplomacia solidária*, na qual o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos. Ao prover cooperação técnica, o Brasil tem particular cuidado em atuar com base nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica horizontal do Brasil pretende compartilhar nossos êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros, sem imposições ou condicionalidades políticas. O objetivo último do Brasil é

o desenvolvimento integral dos parceiros, que impulse mudanças estruturais em suas economias, levando a um crescimento sustentável que garanta, igualmente, inclusão social e respeito ao meio ambiente.

A troca de experiências e de conhecimentos que materializa o sentimento de solidariedade recíproca entre os povos, certamente beneficia não somente os países parceiros das instituições cooperantes brasileiras, mas também estas últimas, já que nesse processo ninguém sabe tanto que não tenha algo a aprender, nem tão pouco que não tenha algo a ensinar. Os mecanismos de cooperação técnica demonstram que é possível realizar atividades de elevado conteúdo socioeconômico mesmo em contextos desafiadores em termos políticos, econômicos ou sociais, desde que haja disposição e vontade política. Em suas relações com os países em desenvolvimento, o governo brasileiro busca se distinguir pelo compromisso em conceber, de forma conjunta com o país parceiro, iniciativas ancoradas no desenvolvimento efetivo de capacidades locais, abordagem que fortalece o exercício da apropriação e potencializa a autoestima dos beneficiários diretos dos programas e projetos.

Programas e projetos com abordagem *estrutural* são caracterizados por ações que possam desenvolver capacidades individuais e institucionais com resultados sustentáveis nos países beneficiados, em contraposição a projetos pontuais, cujos impactos são mais limitados. Os projetos de natureza estrutural oferecem diversas vantagens: aumentam o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação, logram assegurar maior sustentabilidade dos resultados dos programas/projetos, facilitam a mobilização de instituições brasileiras para a implementação de diferentes componentes dos programas/projetos, bem como criam espaço para a mobilização de parcerias triangulares com outros atores internacionais. De forma convergente, outras modalidades de intercâmbio técnico em benefício de terceiros países igualmente são praticadas ou recebem colaboração de instituições nacionais de todo o país, por meio de missões técnicas, estágios, treinamentos, redes de informação, doação de materiais etc.

Três décadas atrás, quando o Brasil começou a sistematizar as atividades de cooperação internacional, a limitação de recursos orçamentários impunha restrições em termos das modalidades operacionais que poderiam ser adotadas. No entanto, o governo brasileiro buscou identificar mecanismos que permitissem otimizar a mobilização de recursos humanos e materiais do país para o exterior. O resultado desses esforços alcançou êxito que fortaleceu a percepção de que deveria seguir um caminho diferente dos países doadores tradicionais. A adoção, pelo Brasil, de princípios e de práticas de cooperação internacional especificamente talhadas para as realidades e expectativas dos países em desenvolvimento contribuiu, junto com ações semelhantes conduzidas por outros países da América Latina, Ásia e África, para o reconhecimento da cooperação técnica horizontal.

Para ir além dos esforços bilaterais de cooperação técnica horizontal, o governo brasileiro igualmente tem se engajado em parcerias triangulares com governos estrangeiros e organismos internacionais. O Brasil tem assumido compromissos crescentes nessa área, por entender que a cooperação triangular permite ampliar a escala e o impacto da cooperação Sul – Sul. Na cooperação triangular, unem-se os esforços dos dois parceiros externos, favorecendo a otimização do uso de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura. Para o governo bra-

sileiro, esta cooperação precisa apresentar, necessariamente, vantagens comparativas frente aos mecanismos de cooperação técnica bilateral. Nesse sentido, as parcerias triangulares geralmente envolvem projetos de maior envergadura se comparados aos dos programas bilaterais.

A cooperação técnica triangular que o Brasil desenvolve com governos estrangeiros e organismos internacionais atende ampla gama de áreas, tais como combate ao trabalho infantil, aviação civil, educação, saúde, prevenção e controle da malária, produção de biocombustíveis, modernização de processos legislativos, administração pública, meio ambiente, combate à fome e à pobreza, agricultura, regeneração de áreas urbanas, biossegurança, manutenção de recursos hídricos, treinamento profissional, governo eletrônico, desenvolvimento urbano, fortalecimento de instituições judiciárias, segurança alimentar, treinamento vocacional, educacional e esportivo, sociedade da informação, relações trabalhistas, reforço da infraestrutura. A demanda para atuação conjunta entre Brasil e países desenvolvidos ou organismos multilaterais, demonstra reconhecimento explícito da excelência e da efetividade operacional da cooperação técnica internacional que vem sendo engendrada pelo país.

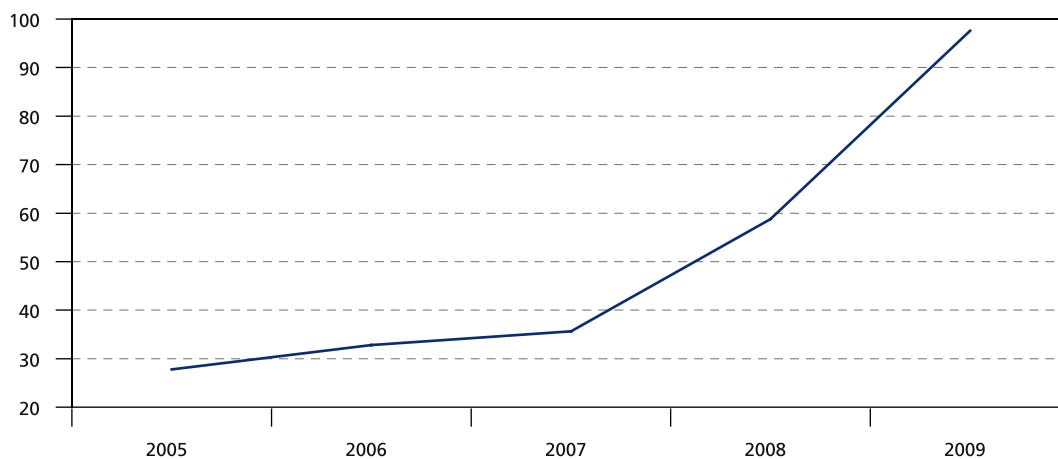
Os principais parceiros do Brasil na cooperação trilateral são: Japão, Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá, Argentina e Espanha. Mais recentemente, Austrália e Bélgica indicaram interesse em atuar em parceria com o governo brasileiro no campo da cooperação técnica em benefício de países em desenvolvimento. Com Itália, Egito e Israel, o governo brasileiro negociou Memorandos de Entendimento para cooperação com terceiros países.

O total dos recursos federais investido em projetos e programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica durante o período em análise (2005-2009) ultrapassa os R\$ 252,6 milhões. O volume anual do investimento federal na modalidade apresenta um pequeno crescimento nos dois primeiros anos do levantamento e um aumento significativo a partir de 2007, conforme se observa no gráfico 9. De forma geral, a Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica do Brasil em 2009 alcança mais do que o triplo daquela registrada em 2005. Este movimento sinaliza a recente intensificação da atividade de CTC&T do Brasil.

GRÁFICO 9

Evolução dos recursos anuais aplicados em Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – 2005-2009

(Em R\$ milhões)

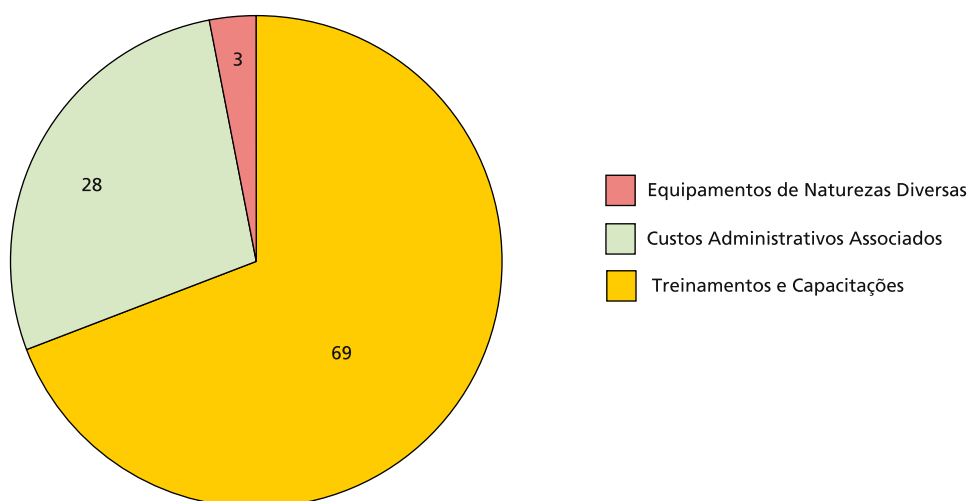


Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010.

Para os fins deste levantamento, são considerados como CTC&T principalmente os recursos federais utilizados em atividades de treinamento e capacitação, além dos custos administrativos a elas relacionados e gastos com materiais e equipamentos diversos. O gráfico 10 ilustra o foco em atividades de treinamento e capacitação, que correspondem a quase 69% do total.

GRÁFICO 10

Detalhamentos de recursos da Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – 2005-2009
(Em %)



Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

A opção pela cooperação bilateral⁷ é predominante no levantamento e corresponde a 92% do volume total, em oposição àquela realizada por meio de organizações internacionais. Ainda que a cooperação bilateral seja distribuída de forma bastante equilibrada entre os países recebedores, é possível destacar entre os parceiros da CTC&T do Brasil, a Argentina – que recebeu o correspondente a 8% do volume total de recursos investidos no período –, assim como Guiné Bissau (6%), Timor Leste, Cuba e Moçambique (com 4% cada).

Do valor investido em CTC&T pela cooperação multilateral, ou seja, por intermédio de uma organização internacional, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa recebe mais de 20%, seguida pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas)/Organização Mundial da Saúde (OMS), com 16%, e pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (11%).

A CTC&T do Brasil faz uso das boas práticas de desenvolvimento econômico e social – testadas e bem-sucedidas em âmbito nacional – para adaptá-las a outros países em desenvolvimento com realidades semelhantes, e com os quais o Brasil compartilha aspectos históricos e culturais. Nesse sentido, a distribuição geográfica da CTC&T do Brasil ilustra a prioridade conferida aos vizinhos da América do Sul e aos países de língua portuguesa.

7. Para efeito do levantamento, os recursos externos recebidos pelo governo federal brasileiro, oriundos de fontes, como agências, bancos, fundos, países ou organizações internacionais em cooperações triangulares não foram consideradas. A contrapartida brasileira nestes projetos foi caracterizada como bilateral.

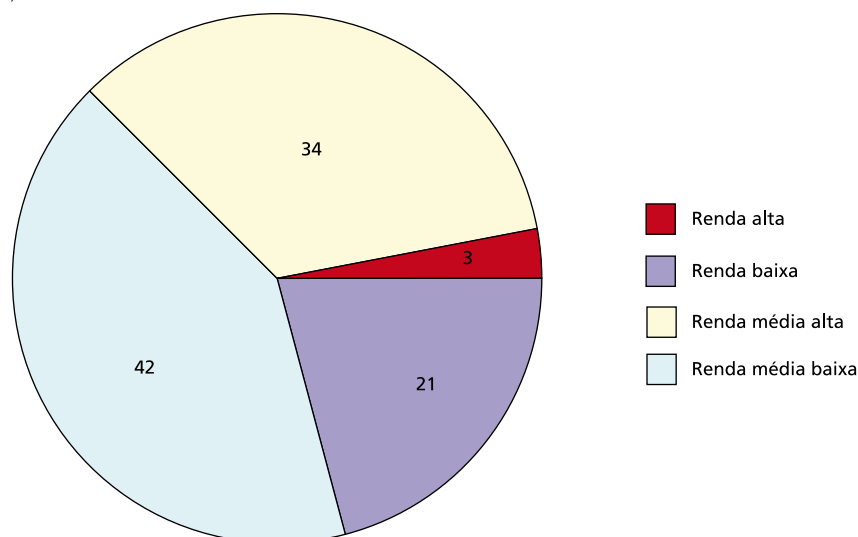
No âmbito sub-regional, os países do Mercosul recebem o correspondente a 15% do volume total de recursos federais investidos em Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica no período. No entanto, apesar de existirem diversos programas e projetos de CTC&T realizados por intermédio do Mercosul como bloco econômico, o que prevalece é o investimento do Brasil em cada país-membro, individualmente (Argentina, Paraguai e Uruguai).

Os países de língua portuguesa juntos recebem 27% do volume dedicado à CTC&T no período sob análise. A maior parte dos recursos é investida nos países de forma bilateral: de fato, a cooperação multilateral feita por meio da CPLP representa 2% do volume total de CTC&T investido entre 2005 e 2009. Entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o maior parceiro de CTC&T do Brasil é a Guiné Bissau, que recebe o equivalente a 6% do total de CTC&T, seguida por Moçambique e Angola (ambos com 4% cada). A CTC&T com o Timor Leste representa 4% do volume total levantado.

Juntas, as regiões da África Subsaariana, América Latina e Caribe recebem 62% do volume total de recursos federais empregados em CTC&T de 2005 a 2009, o que equivale a R\$ 154,9 milhões.

Apesar de concentrada em países da África, América Latina e Caribe, a distribuição geográfica da CTC&T com o Brasil é bastante equilibrada se levado em conta o nível de renda dos países parceiros. O gráfico 11 demonstra que, apesar do grupo dos países de renda média baixa receber a maior parte dos recursos (42%), os países de renda média alta e renda baixa recebem partes semelhantes dos recursos federais dedicados à Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica (34% e 21%, respectivamente).

GRÁFICO 11

Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – distribuição por nível de renda
(Em %)

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

BOX 1

Cooperação técnica internacional em agricultura

O Brasil tem executado pesquisas agrícolas, assistência técnica e extensão rural e ensino profissionalizante de forma integrada há mais de 50 anos, mais especificamente, para atender às demandas dos produtores, trabalhadores rurais, agricultores familiares e segmentos das comunidades de assentados de reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além das entidades de classe, como associações, colônia de pescadores, cooperativas, sindicatos, entre outros, vinculados ao agronegócio das regiões produtoras de cacau do bioma Mata Atlântica, nos estados da Bahia e do Espírito Santo, bem como da Floresta Amazônica, nos estados do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia.

A cooperação técnica intensificou-se com vários países que consideram o trabalho de pesquisa agrícola como modelo para a cultura de cacau. Entendendo-se que, as regiões tropicais úmidas do planeta são muito importantes pela sua elevada capacidade de produzir alimentos e sua riqueza em biodiversidade, a exploração sustentável e racional dessas regiões deve ser respaldada em Ciência e Tecnologia (C&T), de modo a preservar o ecossistema e garantir a produção agrícola. Nesse contexto, o governo brasileiro possui reconhecida experiência em manejo de cultivos tropicais e contribui para que programas de cultivo de cacau sejam implementados em Camarões, Colômbia, Congo e Equador.

Nesta área, uma ação propulsora da cadeia do cacau no âmbito nacional tem sido executar projetos voltados para a produção de cacau fino, oriundo de sistemas de cultivo orgânico e agroflorestal. Assim, tem se buscado agregar valores ao produto para atender ao mercado, formado por consumidores cada vez mais preocupados com a qualidade. Para tal fim, é sugerido aos produtores rurais optar por produzir produtos diferenciados e com características específicas: orgânicos, saudáveis, seguros e livres de agrotóxico, visando contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão de obra e a sustentabilidade ambiental.

Como instrumento propulsor do desenvolvimento regional, os projetos visam a alcançar o maior número de agricultores familiares, com os serviços de educação e pesquisa voltados aos cultivos de cacau, palmáceas, seringueira, pastagens, fruteiras, flores tropicais, especiarias, essências florestais e pequenos animais, bem como manejo integrado, conservação e fertilidade do solo, fisiologia da produção, pré e pós-colheita, fitossanidade, melhoramento genético e ações socioeconômica, todas focadas em ações ambientalmente corretas.

Outra iniciativa no setor agrícola é a ação de Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia que tem como finalidade promover a cooperação técnica internacional, com foco na difusão da experiência brasileira em agroenergia. Sua implementação é baseada na estruturação de programas de cooperação para implantação de ações de fomento à produção e ao uso de biocombustíveis em terceiros países.

As primeiras iniciativas basearam-se na realização de uma rodada de grupos de trabalhos no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos brasileiros mostram que a experiência em harmonizar a produção de biocombustíveis com a de alimentos também é acessível a todos. A realização de duas edições do Ethanol Week, iniciativa do governo brasileiro para apresentar o processo de estruturação da indústria nacional de etanol combustível, conta com a participação de 111 técnicos de governo de 58 nacionalidades diferentes – países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África e Ásia, com tradição e potencial para o cultivo da cana-de-açúcar.

Ademais, o Brasil atua no combate e vigilância epidemiológica da febre aftosa. O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (Pnefa) tem como meta, no contexto do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa e coordenado pelo Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, a erradicação da doença no cone sul-americano.

Buscando melhorar as condições epidemiológicas em relação à febre aftosa nos países fronteiriços, foram doados 2 milhões e 300 mil doses de vacina contra esta doença para a Bolívia no período de 2006 a 2009. A vacinação apresenta como principal objetivo, no primeiro momento, a diminuição da prevalência da doença a patamares compatíveis com o processo de erradicação. Alcançado este objetivo, a vacina passa a ter importância fundamental na manutenção de zonas livres da doença com vacinação, até que se consiga o objetivo final da erradicação, com a suspensão de seu uso.

BOX 2

Cooperação técnica internacional em saúde

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) consagrou o direito de acesso universal aos serviços de saúde por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que abrange desde o atendimento ambulatorial até procedimentos complexos como o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

Nesse sentido, a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais para o tratamento do HIV/AIDS na rede pública de saúde faz parte da política brasileira de acesso universal, no que concerne ao enfrentamento da epidemia no país, e foi instituída pela Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996. A década de 1990 também foi marcada pela crescente participação da sociedade civil na luta contra a epidemia de HIV/AIDS, que contribuiu com o desenvolvimento de uma política de saúde ampla, humanizada e não discriminatória.

Desde 2001, a política nacional de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS tem apresentado aspectos ainda mais inovadores, protagonizando o debate internacional pela a diminuição nos preços de medicamentos importados e pela produção nacional de medicamentos, medidas fundamentais para a garantia da distribuição. O engajamento internacional do país foi acompanhado também por manifestações de organizações internacionais da sociedade civil – como a organização britânica Oxfam e a Médicos Sem Fronteiras –, que apoiavam a posição brasileira de viabilização do acesso aos medicamentos antirretrovirais.

Assim, tendo em vista o desenvolvimento relativamente recente de uma política de saúde pública gratuita e universal no Brasil e a visibilidade alcançada pelo país nos fóruns internacionais sobre o tema, a demanda de outros países em desenvolvimento por projetos e programas de cooperação técnica na área de saúde é também crescente, o volume de recursos federais investidos aumentou expressivamente, partindo de um total anual de R\$ 2,78 milhões em 2005 para R\$ 13,8 milhões em 2009. O volume total da CTC&T do Brasil na área de saúde, de 2005 a 2009, equivale a 9% do total investido no período, ou seja, quase R\$ 24 milhões.

Apesar do destaque conferido às ações de enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS, a CTC&T do Brasil na área de saúde contempla diversos outros temas que afligem os países em desenvolvimento parceiros, como a prevenção e controle da malária; a atenção à saúde materno-infantil; a capacitação para a produção de vacinas contra febre amarela; o diagnóstico e o manejo da doença de Chagas e mesmo na área de gestão de recursos humanos para hospitais e ambulatorios. Entre as instituições participantes, o Ministério das Relações Exteriores concentra 49% dos recursos investidos em projetos de CTC&T na área de saúde, seguido pelo Ministério da Saúde (24%) e pela Fundação Oswaldo Cruz (20%).

3.4 Contribuições a organizações internacionais e bancos regionais

As contribuições do governo brasileiro a organismos internacionais e a destinação de recursos para a integralização de capital de bancos regionais se incluem entre as ações da cooperação internacional, valendo destacar que no período 2005-2009 essas contribuições correspondem a três quartos da totalidade dos recursos aplicados.

O expressivo crescimento dos recursos destinados à contribuição com organismos internacionais, como se observa na tabela 8, resulta de novas adesões feitas pelo país a outras organizações e se alinha à crescente relevância do Brasil junto à OMS, à Opas e à ONU.

No âmbito da ONU, o país participa ativamente de operações de paz, sobretudo no Haiti, acolhe um número crescente de refugiados e proporciona a assistência humanitária internacional mediante contribuições coordenadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Na esfera regional, menção especial deve se dar às contribuições para o Fundo de Convergência Estrutural e de Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), que durante o período totalizam mais de R\$ 430 milhões, representando mais de 30% do total das contribuições a organismos internacionais. O fundo, criado em 2004 pelos quatro sócios

do Mercosul, objetiva enfrentar as assimetrias da região com a finalidade de aumentar a competitividade dos sócios menores e das regiões menos favorecidas. Este é constituído por contribuições anuais de US\$ 100 milhões, dos quais o Brasil aporta 70%, a Argentina 27%, o Uruguai 2% e o Paraguai 1%. Por sua parte, cada país tem um montante anual máximo de recursos a receber, sobre os US\$ 100 milhões, de 48% no caso de Paraguai, 32% para Uruguai e 10% cada, Brasil e Argentina. A tabela 9 mostra os projetos aprovados de 2007 a 2009, que somam mais de US\$ 160,7 milhões.⁸

A outra parte das contribuições para organizações internacionais está representada pelas integralizações de capital de fundos de bancos regionais dos quais o Brasil faz parte. As cotas de integralização variam em função das reposições de capital e da participação relativa do Brasil no capital do organismo. A finalidade precípua desses recursos, nos três casos, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), é contribuir com o crescimento econômico e com a redução da pobreza nos países de renda baixa. Ressalte-se que o Brasil não recebe recursos desses fundos.

Essas integralizações respondem por 37% (tabela 8) do total das contribuições e por mais de 28% do total da cooperação brasileira para o desenvolvimento durante o período. Por oportuno, destaca-se que no caso da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Grupo Banco Mundial o Brasil participa na 15ª recomposição de capital com 0,61% das contribuições, constituindo-se no 19º maior doador da associação, o décimo entre os países do G-20³ e o maior entre as economias emergentes, superando a China (0,10%), a Rússia (0,25%) e o México (0,19%).

Os recursos do Fundo de Operações Especiais (FOE) do BID, que em 2009 alcançam US\$ 9,8 bilhões, financiam, em termos concessionais, países de renda baixa da região, tais como Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua e com doações ao Haiti. Recentemente, o fundo tem desempenhado papel adicional relevante apoiando iniciativas de redução de dívida de países altamente endividados como o próprio Haiti. No quinquênio do levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, o Brasil aporta ao FOE R\$ 412,8 milhões.

Por último, o Brasil contribui, fora da região, ao Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) do BAD desde 1973. Os recursos deste fundo financiam, em termos concessionais, projetos dos países mais pobres do continente africano. No período em exame, o Brasil integraliza cotas no fundo por um valor de R\$ 20,4 milhões (aproximadamente US\$ 10 milhões), elevando o aporte total desde 1973 para US\$ 210 milhões.

2. No anexo 3, são apresentadas, ano a ano, as dez maiores contribuições a organismos internacionais.

3. O G20 é composto pelos seguintes países desenvolvidos e em desenvolvimento: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. A União Europeia é representada pelos presidentes do Conselho Europeu e do Banco Central Europeu.

TABELA 8
Contribuições para organizações internacionais e bancos regionais – 2005-2009
(Em R\$ valores correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$		
Organizações Internacionais	134.487.406,02	326.450.175,63	276.536.725,10	285.878.530,67	361.439.736,01	1.384.792.573,43	62,76
Bancos Regionais	164.658.243,00	183.083.788,00	168.884.913,00	171.370.670,00	133.719.392,00	821.717.006,00	37,24
Associação Internacional de Desenvolvimento (Banco Mundial)	49.888.163,00	95.864.200,00	90.663.800,00	81.284.500,00	70.726.100,00	388.426.763,00	17,60
Fundo de Operações Especiais (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	113.733.191,00	81.156.600,00	72.769.127,00	85.824.884,00	59.392.156,00	412.875.958,00	18,71
Fundo Africano de Desenvolvimento	1.036.889	6.062.988	5.451.986	4.261.286	3.601.136,00	20.414.285,00	0,93
Total	299.145.649,02	509.533.963,63	445.421.638,10	457.249.200,67	495.159.128,01	2.206.509.579,43	100,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

TABELA 9

Fundo de convergência estrutural e de fortalecimento institucional do Mercosul

(Em US\$)

Pais/organismo	Descrição	Montante total Projeto
Paraguai	Mercosul – Habitat	7.500.000
Paraguai	Mercosul – Roga	7.500.000
Paraguai	Acesso e estradas Assunção	21.320.414
Paraguai	Apoio integral microempresas	4.250.000
Paraguai	Corredores rodoviários	14.441.758
Paraguai	Laboratório biossegurança	4.080.000
Regional	Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa	13.888.540
Uruguai	Rodovia 26 Melo – Arroyo Sarandi	5.310.000
Uruguai	Internalização produtiva – <i>software</i> , biotecnologia	1.275.000
Uruguai	Economia social de fronteira	1.399.799
Uruguai	Classificadores	1.600.000
Uruguai	Intervenções múltiplas em assentamentos	1.200.000
Uruguai	Rodovia 12 Empalme Rota 54 – Rota 55	2.928.000
Secretaria do Mercosul	Tarifa externa comum	50.000
Secretaria do Mercosul	Base de dados jurisprudencial	50.000
Secretaria do Mercosul	Mapeo	70.900
Paraguai	Sistema de água potável e saneamento, rurais, indígenas	28.516.221
Paraguai	Rodovia 8, San Salvador – Ramal Rojas Potrero	4.902.000
Paraguai	Desenvolvimento de produtos turísticos – Iguazú Misiones	992.300
Paraguai	Pavimentação Rodovias 6 e 7 – Franco Cedrales	4.517.000
Paraguai	Pavimentação Rodovia 2 – Bernardino Caballero	4.008.000
Paraguai	Recapeamento das Rodovias 1 e 6 – Graneros del Sur	3.092.750
Paraguai	Mercosul Yporã	5.835.321
Brasil	Implementação da Biblioteca Biunila – Unila e do Imea	17.000.000
Paraguai	DETIEC	5.000.000
	Total	160.728.003

Fonte: Secretaria do Mercosul.

BOX 3

Refugiados

O Brasil possui um histórico participativo no aspecto da cooperação humanitária internacional. No que tange aos refugiados, essa participação tem se intensificado nos últimos anos em decorrência de alguns fatores: aumento do número de refúgios concedidos pelo governo brasileiro, promulgação da Lei nº 9.474/1997 que trata do tema e, sobretudo, com o aumento dos recursos destinados aos refugiados, seja aos assentados em outros países, seja ao apoio aos refugiados que vivem no Brasil.

Atualmente, encontram-se no Brasil 4.294 refugiados de mais de 76 nacionalidades diferentes. A grande maioria é formada por angolanos (cerca de 40%), seguida pelos colombianos (cerca de 14%). Desses, 3.895 solicitam refúgio diretamente ao país e 399 são provenientes do programa de reassentamento das Nações Unidas. Ou seja, aportam no país após terem seu *status* de refugiado reconhecido por um terceiro país, mas não se adaptam socialmente ou continuam com o risco de sofrer violência nesse país.

O Brasil possui um histórico participativo no aspecto da cooperação humanitária internacional. No que tange aos refugiados, essa participação tem se intensificado nos últimos anos em decorrência de alguns fatores: aumento do número de refúgios concedidos pelo governo brasileiro, promulgação da Lei nº 9.474/1997 que trata do tema e, sobretudo, com o aumento dos recursos destinados aos refugiados, seja aos assentados em outros países, seja ao apoio aos refugiados que vivem no Brasil.

(Continua)

(Continuação)

Atualmente, encontram-se no Brasil 4.294 refugiados de mais de 76 nacionalidades diferentes. A grande maioria é formada por angolanos (cerca de 40%), seguida pelos colombianos (cerca de 14%). Desses, 3.895 solicitam refúgio diretamente ao país e 399 são provenientes do programa de reassentamento das Nações Unidas. Ou seja, aportam no país após terem seu *status* de refugiado reconhecido por um terceiro país, mas não se adaptam socialmente ou continuam com o risco de sofrer violência no país acolhedor.

Além de participar do programa de reassentamento das Nações Unidas, o Brasil possui também legislação específica para o tema. Além de criar o Conselho Nacional de Refugiados (Conare), órgão responsável pela decisão de concessão de refúgio, a legislação reformula o conceito que define aqueles que buscam refúgio ao torná-lo mais amplo, considerando como refugiados todos os indivíduos que fogem de graves e generalizadas violações de direitos humanos. Essa ampliação incorporada na legislação deriva da Declaração de Cartagena de 1984 firmada entre os países latino-americanos.

O conceito mais restrito é oriundo da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, mais conhecida como Convenção de Genebra de 1951. Para as Nações Unidas, refugiado é *toda pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido a sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos referidos temores, não pode ou não quer regressar*.

Em 2004, durante as comemorações dos 20 anos da Declaração de Cartagena é criado o Plano de Ação do México no qual o programa de reassentamento ganha destaque. O Brasil propõe o conceito de reassentamento voluntário, visando atender os refugiados colombianos que se encontravam em dificuldade de adaptação em alguns países latino-americanos.

Outra inovação da lei é a participação de parte da sociedade civil no Conare, representada pela organização não governamental (ONG) Cáritas Brasileira. Esta ONG tem direito a voto nas decisões acerca da concessão ou rejeição do pedido de refúgio. O Conare é constituído, também, por um conjunto de representantes do governo federal, como do Ministério da Justiça, que o preside, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e da Polícia Federal, assegurando assim uma distribuição entre os diferentes órgãos governamentais interessados no assunto. O Acnur também se faz presente nas reuniões do Conare com direito a voz, porém sem direito a voto, garantindo que as Nações Unidas possam dialogar com o governo federal, orientando o conselho acerca de certas posições defendidas pelo organismo internacional.

Além desse diálogo interno com o Acnur, o governo federal faz contribuições voluntárias ao Acnur e à Organização das Nações Unidas para Refugiados Palestinos (UNRWA). Em 2005, são destinadas contribuições da ordem de R\$ 121.500 para o Acnur. Já para a UNRWA, há um aporte de R\$ 471.800, em 2008, com o objetivo de construir abrigos para refugiados palestinos localizados no Líbano.

Há também o envio de assistência humanitária pelo governo brasileiro com a coordenação do Acnur. Em 2007, o governo brasileiro submete R\$ 137.362,27 em doação de conjuntos de higiene pessoal, cobertores e alimentos para refugiados colombianos que se encontravam no Equador. No mesmo ano, uma ação semelhante com destino aos colombianos assentados no Panamá contou com recursos da ordem de R\$ 96.731,71. O governo federal também submete R\$ 105.700 em tendas e abrigos para a população do Sri Lanka, em 2009.

No âmbito doméstico, o governo federal ajuda as famílias refugiadas custeando parte dos gastos com moradia, alimentação e subsistência durante o período inicial de adaptação no país. É por meio de convênio entre o governo federal e ONGs especializadas que acontece o repasse dessa ajuda financeira, possibilitando que os refugiados possam ter aulas de português, capacitação profissional e acesso a serviços de informática.

Os recursos do governo brasileiro destinados aos refugiados variam ao longo de 2005 a 2009. Há um grande salto nos anos 2007 e 2008 em comparação ao primeiro biênio 2005-2006. Em 2009, há uma redução do volume dos desembolsos. Os recursos destinados aos refugiados se limitam às ações de apoio ao estabelecimento deles e de seus familiares durante o primeiro ano no Brasil, incluindo transporte, alimentação, vestuário, diárias, aluguel e outros serviços ou produtos específicos.

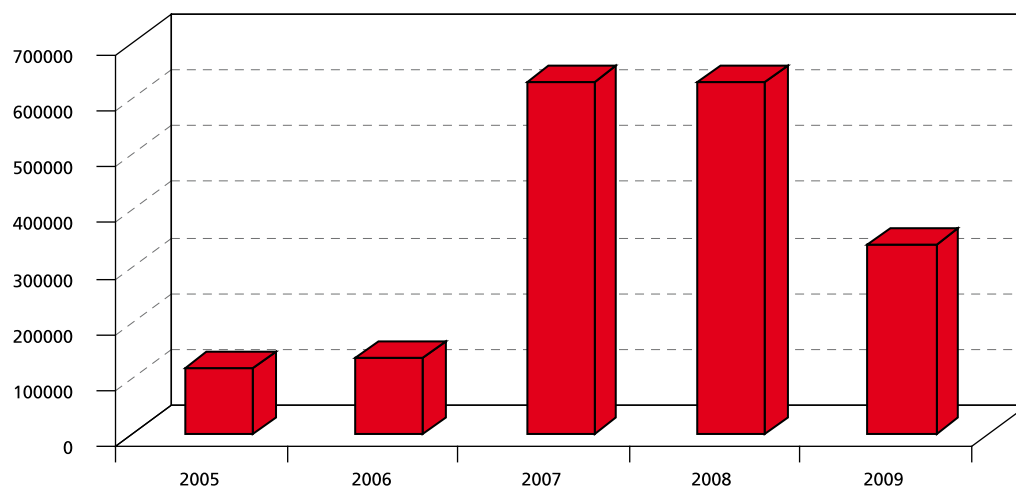
(Continua)

(Continuação)

GRÁFICO 12

Gastos do governo federal com refugiados

Em R\$ correntes



Fonte: Página eletrônica do Ministério da Justiça.

Em 2005, o governo federal destina R\$ 120.500 para o custeamento do programa de albergues para refugiados. No ano seguinte, o total de recursos atinge R\$ 128.000 enviados para os albergues para refugiados.

Em 2007, o valor total alcança quase cinco vezes mais, somando R\$ 628.000. Em 2008, os gastos mantiveram-se iguais aos do ano anterior, ou seja, R\$ 628.000.

Em 2009, são registrados R\$ 338.196 com o programa de refugiados. Com isso, a soma dos recursos destinados aos refugiados, entre o período 2005-2009, atinge a soma de R\$ 1.842.696 somente no âmbito interno.

O Brasil é o maior doador, junto ao Acnur, entre os países da América Latina no que diz respeito ao tema. Além disso, há um aumento dos recursos para refugiados instalados no país. Em resumo, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional no tema deve ser compreendida como a soma do programa de apoio a albergues para refugiados com as contribuições voluntárias ao Acnur e à UNRWA, além da ajuda humanitária enviada para os refugiados assentados em outros países, sobretudo, latino-americanos. O total de desembolsos pelo governo brasileiro nesse conjunto é de R\$ 2.775.789,98 compreendidos entre 2005 e 2009.

3.5 Operações de paz

As operações de paz, principal instrumento de atuação direta nas crises e conflitos internacionais, conformam a face mais visível do trabalho da Organização das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança mundial, apesar de não constarem explicitamente nos termos da Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945.

A determinação da realização de uma operação de paz é responsabilidade primordial do Conselho de Segurança e ocorre mediante resolução de execução compulsória, aprovada por nove votos de representantes dos Estados-membros com assento nesse organismo das Nações Unidas.

O Conselho de Segurança está autorizado, pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a adotar medidas para fazer cumprir suas decisões, podendo impor embargos, sanções econômicas ou autorizar o uso de força.

Com a expansão do alcance das atribuições do conselho ocorrida no fim de 1980 e início de 1990, o colegiado passou a adotar critérios cada vez mais amplos na definição do que constitui ameaça à paz e à segurança internacionais, tendo criado 39 operações de manutenção da paz no período 1988-1999 frente a 13 operações no período 1948-1977.

Essa expansão provocou mudanças e adaptações, tanto nos princípios das operações de paz como nas funções e tarefas por elas desempenhadas, incorporando-se civis (policiais e especialistas) nas missões com experiência em áreas, como eleições, direitos humanos, apoio a reformas constitucionais, judiciais e eleitorais, auxílio à retomada das atividades econômicas e à reconstrução nacional, incluindo-se a reparação da infraestrutura física do país anfitrião.

Essas missões, denominadas multidimensionais, defrontam-se com novas tarefas a realizar e com conflitos que não se assemelham à guerra tradicional.

Persistem grandes desafios para a absorção das novas funções, tais como demora na implantação das operações; treinamento mais efetivo e homogêneo das tropas; aprimoramento do gerenciamento das operações de paz e pouca disponibilidade dos Estados-membros em prover recursos financeiros e humanos para a instituição das operações.

Em fins de 2009, segundo as Nações Unidas, a organização empregava mais de 100 mil pessoas (militares, policiais e pessoal civil) em 15 operações de manutenção da paz com um orçamento de cerca de US\$ 7,8 bilhões para o período 2009-2010. As operações de manutenção da paz estabelecidas pelo Conselho de Segurança são financiadas por contribuições dos 192 países-membros das Nações Unidas e estão sob comando e controle operacionais do secretário-geral das Nações Unidas e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (Department of Peacekeeping Operations – DPKO).

As decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) são dotadas de legitimidade, haja vista que o conselho estabelece normas para o uso da força que são reconhecidas pelos Estados-membros. E neste particular, apesar da desproporção entre o número de membros permanentes e o número de membros temporários, as resoluções somente são adotadas com nove votos, quase sempre obtidas mediante negociações. Nessas ocasiões, prevalece a busca pelo consenso, no intuito de fortalecer mandatos aprovados pela unanimidade dos representantes dos Estados-membros. Os mandatos estabelecidos para as operações de paz são complexos e comportam uma variedade de medidas e soluções que atendem aos interesses dos membros permanentes e dos membros eletivos.

O Conselho de Segurança é constituído por representantes de 15 Estados-membros, dos quais dez têm participação temporária e cinco são membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Compete à Secretaria-Geral das Nações Unidas estabelecer as diretrizes políticas e procedimentos; exercer a ligação entre as partes em conflito e o Conselho de Segurança; formular diretrizes com instruções e adestramentos; determinar a necessidade de recursos financeiros; controlar os fundos relativos às operações de paz e proporcionar apoio administrativo e logístico às operações, além de manter ligação com Estados-membros e outras agências do sistema ONU.

O processo de participação do Brasil nas operações de paz da ONU se inicia mediante consulta informal das Nações Unidas ao Ministério das Relações Exteriores que representa o país no CSNU quanto à possibilidade de participação na operação de paz e, uma vez aprovada a consulta pelo presidente da República, o convite formal da ONU é encaminhado à apreciação do Congresso Nacional. Por fim, uma diretriz presidencial é encaminhada

ao Ministério da Defesa a quem compete desencadear a operação militar junto às Forças Armadas. Este procedimento se repete a cada operação de paz a ser estabelecida.

Desde 1957, o Brasil participou em 26 dessas operações, com aproximadamente 20 mil militares organizados em contingentes ou na condição de observadores. No período de 2005 a 2009, a participação brasileira se concretiza em 13 operações de paz com 2.247 militares e policiais, quais sejam: Chipre (UNFICYP), Costa do Marfim (Unoci), Etiópia e Eritreia (UNMEE), Haiti (MINUSTAH), Kosovo (UNMIK), Libéria (Unmil), Nepal (Unmin), República Centro-Africana e Chade (MINURCAT), República Democrática do Congo (Monusco), Sudão (Unmis) e três no Timor Leste (UNMISSET/Unotil/UNMIT).

A participação de efetivos brasileiros nas Missões de Paz é operação de considerável complexidade logística que consiste em mobilizar tropas, prover instrução e adestramento, transportar e manter determinado número de militares e seus equipamentos em uma área de operações em território estrangeiro, em que cumprem a missão atribuída pela resolução do Conselho de Segurança da ONU.

As medidas operacionais necessárias à instituição da missão autorizada são deflagradas pelo ministro de Estado da Defesa que, em observância às diretrizes estabelecidas pelo presidente da República, determina aos comandantes das Forças Armadas a mobilização de pessoal, o adestramento das tropas; a adaptação de material e equipamentos; o aprimoramento do gerenciamento; e a previsão de um adequado apoio logístico.

Os gastos com a preparação dos contingentes militares brasileiros mobilizados para integrarem a operação de paz das Nações Unidas são realizados pelas Forças Armadas com recursos previamente incluídos no Orçamento da União,¹⁰ observadas as especificações estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei de Meios do respectivo exercício fiscal.

A participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas observa também, procedimentos específicos adotados na implementação das demais políticas públicas, principalmente a observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que desautoriza a geração de despesa ou assunção de obrigação que não demonstre adequação orçamentária e financeira com a Lei de Orçamento Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a LDO.

Para assegurar a participação brasileira nas operações de paz realizadas no período 2005-2009, a LOA destinou recursos do Tesouro Nacional para o programa orçamentário identificado como Participação Brasileira em Operações de Paz durante todo o período e destacou recursos para outro programa intitulado Implantação da Brigada de Operações de Força de Paz, nos exercícios de 2005 a 2007.

Esse segundo programa viabilizou a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz Sérgio Vieira de Mello (CIOpPaz) no Rio de Janeiro em 2005, que se vincula à necessidade crescente de assegurar uma melhor instrução e adestramento dos militares enviados para servir nas operações das Nações Unidas.

10. A abordagem adotada na identificação dos recursos financeiros destinados a esta modalidade de cooperação difere do procedimento adotado nas demais modalidades, haja vista tratar-se de gastos feitos inicialmente à conta do orçamento da União para posterior reembolso por parte das Nações Unidas. Assim, optou-se por levantar os tetos orçamentários programados na LOA e os valores efetivamente gastos na execução. Os demais dados foram levantados utilizando-se os procedimentos estabelecidos no Guia de Orientação Básica do Levantamento.

O CIOpPaz atende à grande mobilização de tropas para a MINUSTAH e os referidos programas orçamentários observam as diretrizes estratégicas estabelecidas pela Política de Defesa Nacional (Decreto nº 5.484/2005) e as prioridades preconizadas na Estratégia Nacional de Defesa, instituída em 2008, que prevê, entre outros temas, *promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações de paz, integrando Força de Paz da ONU ou de organismos multilaterais da região*.

O Brasil integra o Conselho de Segurança da ONU no atual mandato (2010-2011) e em nove mandatos anteriores (tabela 10), constituindo-se em um dos Estados-membros com maior experiência nesse conselho, apesar de quase 20 anos de ausência (1968-1987).

As leis orçamentárias anuais brasileiras autorizaram gastos para a participação em operações de paz da ONU, no período do Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, no montante de R\$ 689.878.546,00 (tabela 11), sendo que R\$ 613.605.197 foram efetivamente gastos, correspondendo a 88,9% dos recursos destinados aos exercícios fiscais de 2005 a 2009.

O governo autorizou R\$ 218.992.460 em créditos extraordinários para o Programa Orçamentário Participação Brasileira em Missões de Paz de responsabilidade do Ministério da Defesa, dos quais R\$ 217.992.460 se destinaram à participação brasileira na MINUSTAH.

TABELA 10

Presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU – 1946-2010

Período	Intervalo entre participações (meses)
De jan./1946 a dez./1947	-
De jan./1951 a dez./1952	36
De jan./1954 a dez./1955	12
De jan./1963 a dez./1964	84
De jan./1967 a dez./1968	24
De jan./1988 a dez./1989	228
De jan./1993 a dez./1994	36
De jan./1998 a dez./1999	36
De jan./2004 a dez./2005	48
De jan./2010 a dez./2011	48

Fonte: ONU. Disponível em: <<http://www.un.org>>.

Os recursos orçamentários apresentados na tabela 11 estão vinculados a metas constantes na LOA que asseguram o cumprimento das missões atribuídas pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e autorizadas pelo Congresso Nacional, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 49, inciso I).

TABELA 11

Recursos orçamentários para participação em operações de paz da ONU, segundo programa de ação – BRASIL, 2005-2009

(Em R\$ 1.000 correntes)

Programa na LOA/ano	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Participação brasileira em missões de paz programada	225.618	81.122	134.075	120.668	128.395	689.878
Participação brasileira em missões de paz executada	147.793	80.709	131.773	127.919	125.409	613.603
Lei no/ano	11.100/ 2005	11.306/ 2006	11.451/ 2007	11.647/ 2008	11.897/ 2008	—

Fontes: Secretaria de Orçamento Federal e Ministério da Defesa. Disponível em: <<http://www.portalsof.planejamento.gov.br>>.

As despesas efetivamente realizadas pelo governo brasileiro, referentes à participação nas operações de paz das Nações Unidas no período 2005-2009, incluem a apropriação de custos com materiais e equipamentos; custos administrativos associados; passagens aéreas; e horas técnicas.

As Nações Unidas procedem o ressarcimento ao Tesouro Nacional das despesas apresentadas pelo governo brasileiro nos itens e percentuais estabelecidos em norma da ONU. Até novembro de 2009, segundo o Ministério da Defesa, os reembolsos feitos pela ONU com relação a MINUSTAH totalizaram US\$ 127 milhões.

Nesse sentido, considerando-se que a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional apreende somente os recursos investidos pelo governo federal a fundo perdido, manteve-se o registro dos recursos despendidos nas operações de paz como forma de se ter o dimensionamento do esforço, excluindo-se esses valores do montante da cooperação.

A participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti foi estabelecida com prioridade e urgência: o Brasil acolheu o convite da ONU – Resolução do CSNU nº 1.542, de 30 de abril de 2004 – para participar da operação de paz e assumir o comando militar da missão.

A exposição de motivos conjunta do ministro das Relações Exteriores e ministro da Defesa submetida à consideração do presidente da República, em 4 de maio de 2004, considera que a “decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas está em consonância com a tradição brasileira de dar prioridade à solução multilateral de conflitos e com as disposições constitucionais sobre a prevalência da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e representa contribuição legítima para uma solução da crise política e humanitária do Haiti”.

Em maio de 2004, o presidente da República encaminhou Mensagem Presidencial (MSC nº 205/2004) ao Congresso Nacional solicitando autorização para enviar 1.200 soldados ao Haiti. A mensagem foi debatida em sessão conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça e submetida à votação do plenário da Câmara dos Deputados. Antes da votação houve uma audiência pública dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Aprovada pelo plenário da Câmara, a mensagem foi convertida no Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280/2004 que após aprovação do plenário do Senado transformou-se em Projeto de Decreto Legislativo nº 568/2004, sendo finalmente promulgado como Decreto Legislativo nº 207, de 19 de maio de 2004 (Diário Oficial da União, de 20 de maio de 2004). Em 1º de junho de 2004, o Brasil assumiu o comando militar da MINUSTAH, em Porto Príncipe.

A participação brasileira na MINUSTAH fundamenta-se no entendimento de que se trata de uma Operação de Manutenção da Paz e de que as forças da ONU se engajam no enfrentamento das causas do conflito no Haiti: a fome, a pobreza, a fragilidade das instituições democráticas. Nesse sentido, as tropas brasileiras realizam obras de infraestrutura, como a recuperação e pavimentação de vias públicas na capital Porto Príncipe por demanda das autoridades locais.

Dessa forma, em paralelo ao exercício do comando militar da MINUSTAH, o Brasil engajou-se em um abrangente programa de cooperação, em linha com a posição de que as

dimensões de segurança, desenvolvimento e consolidação institucional devem ser abordadas de maneira integrada.

Organizações brasileiras de excelência atuam simultaneamente no Haiti no âmbito de projetos de cooperação e assistência humanitária bilateral (tabela 12) no intuito de mitigar a fome, a pobreza e as precárias condições de saúde da população local.

Ao auxiliar o governo e o povo haitianos, o Brasil reforça sua opção pela política externa da não indiferença, que conjuga solidariedade e pleno respeito à soberania.

TABELA 12

Principais projetos de cooperação com o Haiti – Brasil, 2005-2009

(Em R\$ 1,00 corrente)

Projeto de cooperação	R\$
Aprimoramento do programa haitiano de imunizações	253.354
Construção de cisternas familiares	106.863
Doação de materiais esportivos	67.657
Eliminação e prevenção do trabalho infantil	530.376
Fortalecimento da agricultura familiar	53.519
Fortalecimento da cultura da mandioca	41.071
Promoção da sustentabilidade da produção de hortaliças	238.502
Reciclagem operacional para bombeiros haitianos	48.071
Reconstrução da cobertura vegetal da bacia do Mapou	61.598
Transferência tecnologias produção e processamento do caju	167.483
Assistência humanitária	29.800.000
Bolsas de estudos para haitianos	63.180

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

BOX 4

A presença do Brasil no Haiti

A participação brasileira nos esforços de assistência ao Haiti tem se expandido desde o início da MINUSTAH em 2004 com o envio de medicamentos, alimentos, água e produtos de primeira necessidade e com a duplicação dos contingentes militares.

Neste contexto, o governo brasileiro ampliou o compromisso com a reconstrução haitiana, destacando-se a atuação do MS na implementação de programa em Porto Príncipe de unidades de atendimento permanente às populações, bem como a prioridade estabelecida na agenda de cooperação Sul – Sul.

No âmbito da cooperação internacional, o Brasil desenvolve projetos em seis diferentes áreas: agricultura e segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, formação profissional, segurança e cidadania, infraestrutura e saúde.

No setor agrícola, segurança alimentar e nutricional, as instituições públicas brasileiras desenvolvem estudos visando ao fortalecimento da agricultura familiar no Haiti; ao aperfeiçoamento do sistema de produção de mandioca; à construção de cisternas familiares que assegurem o abastecimento de água potável; aos projetos de cajucultura e de produção de hortaliças para suprir a demanda local.

Face à devastação da cobertura florestal resultante da alta incidência de furacões na ilha e de grandes enxurradas provocadas pelos altos índices pluviométricos da região, o Brasil executa projeto de manejo e reconstituição da cobertura vegetal da Bacia do Mapou.

No que concerne à formação profissional, o país concede bolsas para estudantes haitianos realizarem seus estudos no Brasil, além da reciclagem de bombeiros, a capacitação de profissionais haitianos em procedimentos de imunização e a implantação de sistemática de informação para a gestão de vacinas e insumos daquele país.

Cumprir registrar, também, a crescente presença de organizações sociais brasileiras em ações de segurança pública, cultura, educação e proteção ambiental.

Todas essas atividades, de uma forma ou de outra, apoiam-se na presença das tropas brasileiras, na MINUSTAH

ANEXO 1

A listagem a seguir mostra as organizações internacionais para as quais o Brasil contribuiu de alguma maneira com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento internacional.

QUADRO 1A

Lista de organizações internacionais que receberam recursos

NOME
Academia de Ciências dos Países em Desenvolvimento
Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
Agência Commonwealth para Administração e Gestão Pública
Agência Internacional de Pesos e Medidas
Agência Internacional para Energia Atômica (contribuições apenas para fundo de cooperação técnica)
Aliança dos Países Produtores de Cacau
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Assessoramento sobre a Comercialização de Produtos Pesqueiros da América Latina e do Caribe
Associação do Desenvolvimento Internacional (fundo fiduciário para iniciativas em países pobres gravemente endividados)
Associação dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica
Associação Latino Americana de Integração
Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento
Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos
Banco de Desenvolvimento Africano
Banco Interamericano de Desenvolvimento
Central Internacional de Compra de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde
Centro Interamericano de Administração Tributária
Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia
Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
Centro Latino-Americano de Física
Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação e Ciências da Saúde
Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espacial para América Latina e o Caribe
Centro Regional de Sismologia para a América do Sul
Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe
Comissão Interamericana contra a Corrupção
Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata
Comissão Internacional da Baleia
Comissão Internacional Humanitária Fact Finding
Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico
Comissão Latino-Americana de Aviação Civil
Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares
Comitê Consultivo Internacional do Algodão
Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul
Comitê Interamericano contra o Terrorismo
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Comunidade Internacional da Pimenta-do-Reino
Conferência da Haia de Direito Internacional Privado
Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-América
Convenção de Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito
Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional
Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos
Convenção para Mudanças Climáticas das Nações Unidas
Convenção para o Combate da Desertificação
Convenção sobre a Diversidade Biológica
Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas

(Continua)

(Continuação)

NOME
Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos
Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Cooperação Interamericana de Acreditação
Corte Permanente de Arbitragem
Departamento das Nações Unidas de Operações para Manutenção da Paz
Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas
Escritório Internacional de Epizootias
Escritório Internacional de Tarifas Aduaneiras
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
Fundo das Nações Unidas para População
Fundo de Desenvolvimento Interamericano para Operações Especiais
Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD
Fundo Monetário Internacional
Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro
Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo
Grupo de Cooperação Sul-Sul
Grupo de Observação da Terra
Grupo dos Países em Desenvolvimento
Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco
Grupo Internacional de Estudos do Níquel
Instituto Indigenista Interamericano
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais
Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
Instituto Latino-Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes
Instituto Panamericano de Geografia e História
Instituto Social do Mercosul
International Institute of Administrative Sciences
Junta Interamericana de Defesa
Mercosul
Organização as Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
Organização das Nações Unidas
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Organização de Aviação Civil Internacional
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Organização dos Estados Americanos (OEA)
Organização dos Estados do Caribe Oriental
Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
Organização Hidrográfica Internacional
Organização Internacional da Vinha e do Vinho
Organização Internacional das Madeiras Tropicais
Organização Internacional de Metrologia Legal
Organização Internacional de Polícia Criminal
Organização Internacional do Açúcar
Organização Internacional do Cacau
Organização Internacional do Café
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Organização Latino-Americana de Energia
Organização Meteorológica Mundial
Organização Mundial das Aduanas
Organização Mundial de Propriedade Intelectual
Organização Mundial de Turismo
Organização Mundial do Comércio

(Continua)

(Continuação)

NOME
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE
Organização para a Proibição das Armas Químicas
Organização para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe
Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
Programa Alimentar Mundial
Programa Conjunto das Nações Unidas sobre Hiv/Aids
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana
Secretaria do Tratado da Antártida
Secretariado da Comunidade Caribenha
Secretaria-Geral Ibero-Americana
Sistema de Certificação e Movimentação de Sementes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Sistema Econômico Latino-Americano
Tribunal Internacional do Direito do Mar
Tribunal Penal Internacional
União Geodésica e Geofísica Internacional
União Internacional contra o Câncer
União Internacional de Telecomunicações
União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais
União Latina
União Postal das Américas, Espanha e Portugal
União Postal Universal

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

ANEXO 2

GUIA DE ORIENTAÇÃO BÁSICA

Com base no conceito operacional de cooperação internacional para o desenvolvimento elaborado, foi definido um guia de orientação básica aos pontos focais das instituições participantes, esclarecendo o que deveria ser incluído ou não no levantamento. Conforme os quadros a seguir:

QUADRO 2A

Horas técnicas

Incluído	Não incluído
• Disponibilizadas para a educação, a capacitação, o treinamento e outras formas de transferência ou compartilhamento sistematizado de conhecimento acumulado no Brasil para estrangeiros, estejam eles neste país ou no exterior • Atuando exclusivamente e diretamente na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, mais especificamente na ABC/MRE, nas assessorias internacionais dos ministérios e nas entidades vinculadas, ou nas missões diplomáticas do Brasil no exterior • Dedicadas à produção ou adaptação de uma tecnologia (produto ou serviço), visando atender predominantemente à necessidade de determinado país ou grupo de países individualmente ou regionalmente • De forças militares brasileiras destinadas à garantia dos direitos humanos, ao monitoramento de eleições, a reabilitação e desmobilização de soldados, bem como sua repatriação, ao aconselhamento sobre estabilização social, ao recolhimento de armas da sociedade civil, à desativação de minas terrestres, entre outros propósitos de cunho eminentemente pacífico • Horas técnicas de pessoas de suporte técnico da ABC e das assessorias internacionais dos ministérios ou de entidades diretamente envolvidos em ações de cooperação internacional, tais como tradução e interpretação, manutenção de sistemas de informação, logística, entre outras	• Participação de funcionários e profissionais do governo federal brasileiro em eventos de caráter técnico-científico ou mais genérico, nos quais haja o compartilhamento de conhecimento por outros representantes de outros países. Congressos e conferências científicas das quais vários países participam e contribuem com seus conhecimentos acumulados, ou eventos do gênero, portanto, não serão computados • Horas técnicas do pessoal de suporte técnico da ABC e das assessorias internacionais, não diretamente envolvidos nas ações de cooperação internacional para o desenvolvimento – o secretariado, a informática, entre outros exemplos • Horas técnicas de funcionários do governo federal – incluindo diplomatas – destinadas à articulação político-estratégica para a concretização ou resolução de conflitos em acordos de cooperação para o desenvolvimento internacional, à promoção comercial de produtos e/ou serviços nacionais no exterior e a outras ações que não envolvam diretamente o compartilhamento ou o repasse de conhecimentos acumulados pelo Brasil para estrangeiros • Horas técnicas de militares brasileiros destinadas a operações militares com fins não pacíficos, de caráter estabilizador, que autorizem o uso da força para proteger a missão, os participantes desta, os civis e os grupos não envolvidos no conflito, além de outras possibilidades que são estabelecidas no mandato da missão

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 3A

Passagens e diárias

Incluído	Não incluído
• Valores estimados de diárias e passagens associados ao transporte e subsistência de funcionários e profissionais do governo brasileiro quando diretamente envolvidos –aportando conhecimento – em missões de planejamento, execução e monitoramento de atividades de cooperação internacional para o desenvolvimento alheio no exterior	• Adotar as orientações sugeridas do quadro 2A das horas técnicas, do item <i>não incluído</i>, anteriormente citado

(Continua)

(Continuação)

Incluído	Não incluído
• Valores estimados de diárias e passagens associados ao transporte e subsistência de estrangeiros para sua capacitação em território nacional ou em outros países	

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 4A

Materiais e equipamentos

Incluído	Não incluído
• Valores estimados de materiais impressos ou eletrônicos – incluindo publicações – pelo governo federal brasileiro para a realização de eventos de capacitação em geral, seja no Brasil, seja no exterior • Valores estimados de materiais físicos empregados como parte da educação ou capacitação de estrangeiros no Brasil ou no exterior – por exemplo, reagentes de laboratório, materiais orgânicos, materiais genéticos, entre outros de alto valor agregado • Valores estimados de equipamentos em geral doados em projetos de cooperação internacional do Brasil no exterior	• Materiais impressos destinados exclusivamente à promoção (<i>marketing</i>) das ações de cooperação internacional do governo federal brasileiro no Brasil ou no exterior • Materiais empregados na capacitação de estrangeiros no setor militar para fins não pacíficos • Todo e qualquer material ou equipamento destinado ao uso militar com fins não pacíficos

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 5A

Instalações físicas

Incluído	Não incluído
• Gastos associados à utilização temporária de bens imóveis, de forma significativa, pelo governo federal no Brasil ou no exterior, como apoio às ações de cooperação internacional, incluindo alojamento e hospedagem • Gastos associados à utilização temporária de bens móveis (veículos de transporte, equipamentos, produtos e materiais em geral) e de forma significativa pelo governo federal no Brasil ou no exterior como apoio às ações de cooperação internacional • Fortalecimento ou construção de infraestrutura – fábricas, redes de saneamento, rodovias, centros de treinamento, represas, museus, bibliotecas, escolas de arte e música, instalações esportivas, campos de produção agrícola entre outros exemplos – em outros países	• Gastos irrisórios com bens móveis ou imóveis; por exemplo, o empréstimo de um computador para um estrangeiro verificar sua caixa de <i>e-mails</i>, o uso de espaço físico para uma breve reunião de coordenação de ações, entre outras situações corriqueiras de uso de bens móveis e imóveis

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 6A

Custos administrativos associados

Incluído	Não incluído
• Valores estimados de materiais impressos ou eletrônicos – incluindo publicações – do governo federal, publicados com o propósito de conscientização da população sobre as ações de cooperação para o desenvolvimento internacional	

(Continua)

(Continuação)

Incluído	Não incluído
Gastos associados ao transporte de equipamentos e materiais do Brasil até as regiões em que se realizam ações de cooperação internacional para o desenvolvimento	

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 7A

Doações em espécie – suprimentos

Incluído	Não incluído
Valores estimados de doações de suprimentos pelo governo federal brasileiro, regulares ou esporádicas – inclusive em momentos de crise –, por meio do setor privado ou diretamente para o governo de um país, incluindo medicamentos, alimentos, sementes, materiais de construção, entre outros suprimentos nacionais	Doações de equipamentos e outros suprimentos com fins não pacíficos

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

QUADRO 8A

Cooperação financeira

Incluído	Não incluído
- Doações financeiras – sem contrapartida. - Contribuições do governo federal para as organizações internacionais das quais o Brasil não toma recursos emprestados para seu benefício direto - Contribuições do governo federal para organizações internacionais, sejam regulares ou a integralização de capital em organismos financeiros internacionais de desenvolvimento (OFIDs), dos quais o Brasil não é tomador de recursos - Apoio ao estabelecimento de refugiados e seus familiares durante seu primeiro ano no Brasil, incluindo transporte, alimentação, vestuário, diárias, aluguel e outros serviços ou produtos específicos. Incluem-se também os gastos com a repatriação de refugiados - Bolsas para estudantes e pesquisadores estrangeiros fazendo cursos de treinamento, capacitação, graduação, aperfeiçoamento, atualização, especialização, mestrado ou doutorado no Brasil – incluindo bolsas de estudo e materiais utilizados neste	- Toda e qualquer doação destinada ao uso militar com fins não pacíficos - Contribuições do governo federal para organismos internacionais sujeitos de direito interno, como associações, sociedades, ONGs e institutos, que estão sujeitos ao direito interno de determinado país e, por conseguinte, cujos textos constitutivos são dispensados de submissão para aprovação pelo Congresso Nacional - Recursos do governo federal desembolsados para organizações internacionais sediadas no Brasil, sobretudo do Sistema ONU, que se reverte em benefício próprio do governo federal - Taxas de administração cobradas por organizações internacionais do Sistema ONU no repasse de recursos para o governo federal, bem como os rendimentos oriundos dessas taxas, mesmo que eventualmente aplicados pela organização na chamada Cooperação Sul – Sul - Refugiados no país depois de completado o primeiro ano desde sua chegada ao Brasil - Bolsas de estudo destinadas aos estudantes e pesquisadores brasileiros no exterior, visto que a função primordial destas é permitir a capacitação de brasileiros no exterior, ou seja, envolve o benefício direto para o Brasil

Fonte: Guia de Orientação Básica para o Levantamento de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

ANEXO 3

TABELA 1A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda (R\$ valores correntes)

2005-2009

	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda alta	Organizações internacionais	Total por detalhamento de recursos
Cooperação financeira	2.094.994,06	20.956.039,05	1.132.181,19	-	9.008.232,25	33.191.446,55
Custos Administrativos Associados	1.065.847,34	3.636.546,58	1.849.887,53	-	4.929.875,67	11.482.157,12
Doações em espécie (suprimentos)	34.074.280,60	27.677.843,57	40.159.296,57	74.913,6	-	101.986.334,34
Horas técnicas	23.587,78	31.949,55	23.893,30	-	-	79.430,63
Materiais / Equipamentos	1.855.654,15	4.549.145,74	2.129.720,22	-	-	8.534.520,11
Passagens e diárias	9.405,37	9.405,37	9.405,37	-	-	28.216,11
Total por grupo de países	39.123.769,30	56.860.929,86	45.304.384,18	74.913,6	13.938.107,92	155.302.104,86

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 2A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2005

(R\$ valores correntes)

	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda alta	Organizações internacionais	Total por detalhamento
Cooperação financeira	-	-	-	-	-	-
Custos Administrativos Associados	-	-	-	-	687.577,55	687.577,55
Doações em espécie (suprimentos)	29.771,80	461.664,59	-	-	-	491.436,39
Horas técnicas	973,20	5.839,20	-	-	-	6.812,40
Materiais e Equipamentos	-	-	-	-	-	-
Passagens e diárias	-	-	-	-	-	-
Total por grupo de países	30.745,00	467.503,79	-	-	687.577,55	1.185.826,34

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 3A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2006

(R\$ valores correntes)

	Renda Baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda Alta	Organizações Internacionais	Total por detalhamento de recursos
Cooperação Financeira	-	-	-	-	-	-
Custos Administrativos Associados	236.000,00	-	-	-	1.410.660,93	1.646.660,93
Doações em espécie (suprimentos)	348.700,74	3.100.369,44	425.251,50	13,60	-	3.874.335,28
Horas técnicas	-	3.362,85	-	-	-	3.362,85
Materiais / Equipamentos	-	-	-	-	-	-
Passagens e diárias	-	-	-	-	-	-
Total por grupo de países	584.700,74	3.103.732,29	425.251,50	13,60	1.410.660,93	5.524.359,06

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 4A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2007

(R\$ valores correntes)

	Renda Baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda Alta	Organizações Internacionais	Total por detalhamento de recursos
Cooperação Financeira	-	19.243.623,05	2.825,00	-	1.857.267,00	21.103.715,05
Custos Administrativos Associados	-	396.663,78	189.507,77	-	1.364.308,67	1.950.480,22
Doações em espécie (suprimentos)	2.063.535,86	3.421.381,26	2.313.370,65	-	-	7.798.287,77
Horas técnicas	4.169,52	1.334,28	6.838,08	-	-	12.341,88
Materiais / Equipamentos	-	214.232,70	725.751,67	-	-	939.984,37
Passagens e diárias	-	-	-	-	-	-
Total por grupo de países	2.067.705,38	23.277.235,07	3.238.293,17	-	3.221.575,67	31.804.809,29

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 5A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2008

(R\$ valores correntes)

	Renda Baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda Alta	Organizações Internacionais	Total por detalhamento de recursos
Cooperação Financeira	582.400,02	-	471.800,00	-	5.496.750,00	6.550.950,02
Custos Administrativos Associados	78.436,49	2.200.000,00	-	-	714.687,06	2.993.123,55
Doações em espécie (suprimentos)	4.144.790,80	2.184.461,88	6.269.967,78	-	-	12.599.220,46
Horas técnicas	2.779,68	2.779,68	1.389,84	-	-	6.949,20
Materiais / Equipamentos	1.855.654,15	4.334.913,04	1.403.968,55	-	-	7.594.535,74
Passagens e diárias	-	-	-	-	-	-
Total por grupo de países	6.664.061,14	8.722.154,60	8.147.126,17	-	6.211.437,06	29.744.778,97

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 6A

Detalhamento de recursos para Assistência Humanitária, por grupo de países divididos conforme a renda em 2009

(R\$ valores correntes)

	Renda Baixa	Renda média-baixa	Renda média-alta	Renda Alta	Organizações Internacionais	Total por detalhamento de recursos
Cooperação Financeira	1.512.594,04	1.712.416,00	657.556,19	-	1.654.215,25	5.536.781,48
Custos Administrativos Associados	751.410,85	1.039.882,80	1.660.379,76	-	752.641,46	4.204.314,87
Doações em espécie (suprimentos)	27.487.481,40	18.509.966,40	31.150.706,64	74.900,00	-	77.223.054,44
Horas técnicas	15.665,38	18.633,54	15.665,38	-	-	49.964,30
Materiais / Equipamentos	-	-	-	-	-	-
Passagens e diárias	9.405,37	9.405,37	9.405,37	-	-	28.216,11
Total por grupo de países	29.776.557,04	21.290.304,11	33.493.713,34	74.900,00	2.406.856,71	87.042.331,20

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 7A

Bolsas de Estudo para Estrangeiros – recursos detalhados a cada ano

(R\$ valores correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Cooperação Financeira	46.284.309,96	47.315.100,59	46.012.784,24	56.861.496,83	23.596.457,95	220.070.149,57
Custos Administrativos	9.293.909,94	8.541.130,18	9.236.820,76	12.338.127,36	19.363.286,32	58.773.274,56
Associados						
Horas Técnicas	3.677,86	21.574,55	82.138,92	303.354,56	225.222,01	635.967,90
Materiais e Equipamentos	-	-	-	1.720,00	-	1.720,00
Passagens e Diárias	522.307,10	577.052,36	1.044.905,24	1.161.868,24	1.288.940,68	4.595.073,62
Total	56.104.204,86	56.454.857,68	56.376.649,16	70.666.566,99	44.473.906,96	284.076.185,65

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 8A

Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica por regiões – 2005-2009

(R\$ valores correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	Total
África	9.175.787,60	3.431.599,01	4.232.961,75	16.496.816,93	31.511.939,11	64.849.104,40
América Latina e Caribe	8.794.629,51	13.564.475,75	14.109.590,86	21.128.322,18	32.639.746,54	90.236.764,84
Oceania	283.052,03	2.089.396,84	2.325.232,81	1.020.903,04	5.591.341,79	11.309.926,51
América do Norte	463.512,90	680.400,34	143.756,38	271.262,63	642.031,66	2.200.963,91
Europa	343.911,99	541.726,74	407.445,88	558.225,84	1.048.016,79	2.899.327,24
Ásia	207.330,61	217.118,80	76.255,45	337.712,43	656.321,39	1.494.738,68
Norte da África e Oriente Médio	41.766,56	374.589,30	256.051,50	313.362,57	519.750,28	1.505.520,21
Organizações Internacionais	2.131.168,70	2.291.960,16	2.688.775,28	4.731.467,09	8.982.563,31	20.825.934,54
Outros / Não-especificados	6.314.550,65	9.609.881,76	11.359.201,68	13.880.040,01	16.153.049,12	57.316.723,22
Total	27.755.710,55	32.801.148,70	35.599.271,59	58.738.112,72	97.744.759,99	252.639.003,55

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 9A

Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – Distribuição por nível de renda dos países a cada ano

(R\$ valores correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Países de Renda Baixa	5.202.347,99	1.771.477,95	2.492.126,01	9.607.008,87	18.118.897,53	37.191.858,35
Países de Renda Média Baixa	7.200.456,65	8.524.496,90	8.537.096,20	13.902.787,03	33.979.707,39	72.144.544,17
Países de Renda Média Alta	6.109.923,90	9.188.411,61	10.016.501,83	15.858.260,29	18.987.666,49	60.160.764,12
Países de Renda Alta	797.262,66	1.414.920,32	505.570,59	758.549,43	1.694.640,21	5.170.943,21
Organizações Internacionais	2.131.168,70	2.291.960,16	2.688.775,28	4.731.467,09	8.982.563,31	20.825.934,54
Outros / Não-especificados	6.314.550,65	9.609.881,76	11.359.201,68	13.880.040,01	15.981.285,06	57.144.959,16
Total	27.755.710,55	32.801.148,70	35.599.271,59	58.738.112,72	97.744.759,99	252.639.003,55

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 10A

Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – modalidades de despesa a cada ano

(R\$ valores correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Treinamentos e Capacitações	13.958.262,26	20.994.955,64	21.720.284,66	42.941.816,45	74.915.876,43	174.531.195,44
Equipamentos de Naturezas Diversas	471.416,28	1.333.445,56	285.447,98	431.239,56	5.309.302,25	7.830.851,63
Custos Administrativos Associados	13.326.032,01	10.472.747,50	13.593.538,95	15.365.056,71	17.519.581,31	70.276.956,48
Total	27.755.710,55	32.801.148,70	35.599.271,59	58.738.112,72	97.744.759,99	252.639.003,55

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 11A

As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2005

(Em R\$ valores correntes)

ORGANISMO	2005
Organização das Nações Unidas	55.114.972,00
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde	52.000.000,00
Organização dos Estados Americanos	8.040.656,00
Organização Meteorológica Mundial	3.786.306,60
Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares	3.316.099,50
Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul	2.430.000,00
Associação Latino Americana de Integração	2.146.832,10
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1.254.922,00
Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento	1.235.000,00
Mercosul	1.191.970,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 12A

As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2006

(Em R\$ valores correntes)

ORGANISMO	2006
Mercosul	76.834.767,08
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	70.507.637,54
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde	50.700.000,00
Organização das Nações Unidas	49.201.533,98
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	20.730.919,28
Organização Internacional do Trabalho	17.491.471,98
Organização dos Estados Americanos	12.261.723,92
Agência Internacional para Energia Atômica (contribuições apenas para fundo de cooperação técnica)	9.792.433,56
Tribunal Penal Internacional	3.977.941,92
Organização Meteorológica Mundial	2.787.709,80

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 13A

As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2007

(Em R\$ valores correntes)

ORGANISMO	2007
Mercosul	97.978.186,80
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde	39.576.384,00
Organização das Nações Unidas	33.169.500,00
Organização Mundial da Saúde	19.500.000,00
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	12.316.705,05
Organização dos Estados Americanos	11.432.850,00
Organização Internacional do Trabalho	9.122.780,55
Agência Internacional para Energia Atômica (contribuições apenas para fundo de cooperação técnica)	7.527.641,55
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	5.791.822,20
Organização as Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	4.300.391,55

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 14A

As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2008

(Em R\$ valores correntes)

ORGANISMO	2008
Mercosul	128.548.350,00
Organização das Nações Unidas	46.009.860,00
Organização Mundial da Saúde	18.300.000,00
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde	17.305.122,00
Organização dos Estados Americanos	11.680.890,00
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	11.343.347,82
Organização as Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial	6.420.913,04
Organização Internacional do Trabalho	5.223.818,18
Agência Internacional para Energia Atômica (contribuições apenas para fundo de cooperação técnica)	4.970.280,00
Tribunal Penal Internacional	4.532.560,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

TABELA 15A

As 10 maiores contribuições a Organizações Internacionais – 2009

(Em R\$ valores correntes)

ORGANISMO	2009
Mercosul	126.979.592,00
Organização das Nações Unidas	62.209.068,00
Central Internacional de Compra de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde	17.100.000,00
Organização dos Estados Americanos	16.985.528,00
Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde	15.825.027,00
Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares	14.598.249,00
Agência Internacional para Energia Atômica	14.350.953,00
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	9.021.470,00
Organização Mundial da Saúde	8.356.187,00
Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	7.530.170,00

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009.

ANEXO 4

QUADRO 9A

Instituições que participaram do levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e seus respectivos pontos focais

UNIDADE	MINISTÉRIO/ENTIDADE	NOME
ABIN	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA
AEB	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA	EMB. CARLOS JOSÉ PRAZERES CAMPELO
ANA	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	RAIMUNDO LIMA
ANAC	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	DANIEL RAMOS LONGO
ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	LARA CRISTINA PEREIRA
ANATEL	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	ANDREA GRIPPA
ANTAQ	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	PABLO SOUSA SANTIAGO
ANTT	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	RONALDO CABRAL MAGALHÃES
ANVISA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	RENATA ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO
ANCINE	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	ALBERTO JAIME FLAKSMAN
ANP	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	MARIA ELISA OURO PRETO
BB	BANCO DO BRASIL	FLÁVIO CARLOS PEREIRA
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA ARAUJO
CEF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO
CEPLAC	COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA	ABDON ROCHA BRANDÃO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	GOTARDO MACHADO DE SOUZA JUNIOR
CGU/PR	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO/PR	HAMILTON FERNANDO COTA CRUZ
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR	FLAVIA CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA
DPF	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	MARIA AMANDA MENDINA DE SOUZA
ECT	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	VANTUYL BARBOSA JUNIOR
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	RODRIGO VALADARES
ESAF	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	MELANIE LEPESQUEUR BOTELHO
ENAP	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LUIS HENRIQUE D'ANDREA
FIOCRUZ	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	LUIZ EDUARDO FONSECA
GSI/PR	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR	EDUARDO WALLIER VIANNA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	LA-FAYETTE CÔRTEZ NETO
EMBRATUR	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	WALTER LUIS DE CARVALHO FERREIRA
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	VITÓRIA MARIA BULBOL COELHO
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	FERNANDA FUENTES
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	MARCELO BRITO
INPI	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	LEOPOLDO N. COUTINHO
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	ANGELO GUIDO MENEGAT
INMET	INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JUNIOR
ITI/PR	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/PR	RUY CÉSAR RAMOS FILHO
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	JULIANO VIEIRA
MCT	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	JOSÉ MONSERRAT FILHO
MINC	MINISTÉRIO DA CULTURA	BRUNO MELO
MD	MINISTÉRIO DA DEFESA	RICARDO MARCOS
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA
MF	MINISTÉRIO DA FAZENDA	ISABELA MOORI DE ANDRADE
MI	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	IVONE MARIA VALENTE
MJ	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	EMB.OSWALDO EURICO BALTAZAR PORTELLA
MPA	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	FRANCISCO OSVALDO BARBOSA
MPAS	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	MIN. MARIA-THERESA LAZARO
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	MAURO TEIXEIRA FIGUEIREDO
CIDADES	MINISTÉRIO DAS CIDADES	JOSUÉ PIRES DE CARVALHO
MC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	VANDERLENE DA SILVA RODRIGUES
MRE	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MÁRCIO LOPES CORRÊA
MME	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MARIA CRISTINA DE CASTRO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	LEONARDO RECUPERO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	SILVIO GARCIA MARTINS FILHO

(Continua)

(Continuação)

UNIDADE	MINISTÉRIO/ENTIDADE	NOME
MDIC	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	MARCELA SANTOS DE CARVALHO
ME	MINISTÉRIO DO ESPORTE	HENRIQUE VARELLA FONTENELLE
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	JULIO CESAR BAENA
MPOG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	RAUL FONSECA
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	RAQUEL APARECIDA DE CARVALHO OLIVEIRA
MTur	MINISTÉRIO DO TURISMO	PATRIC KRAHL
MT	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MARIA LÚCIA BARILLO RIBEIRO
PETROBRÁS	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A	JOSÉ CARLOS VIDAL
SAE/PR	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS/PR	THOMAS COOPER PATRIOTA
SESU	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	PAULO MAYALL GUILAYIN
SEPP/PR	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL/PR	MAGALI DA SILVA NAVES
SEPM/PR	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES/PR	LUCIA MAIERÁ
SEDH/PR	SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS/PR	MARIA DO CARMO REBOUÇAS
SENAD	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK
SERPRO	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	ANA MARIA AMORIM

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea 2010

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Cida Taboza

Everson da Silva Moura

Revisão

Ângela de Oliveira

Cindy Nagel Moura de Souza

Clícia Silveira Rodrigues

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Luanna Ferreira da Silva

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Bernar José Vieira

Claúdia M. Cordeiro

Luis Cláudio Cardoso da Silva

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Renato Rodrigues Bueno

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República